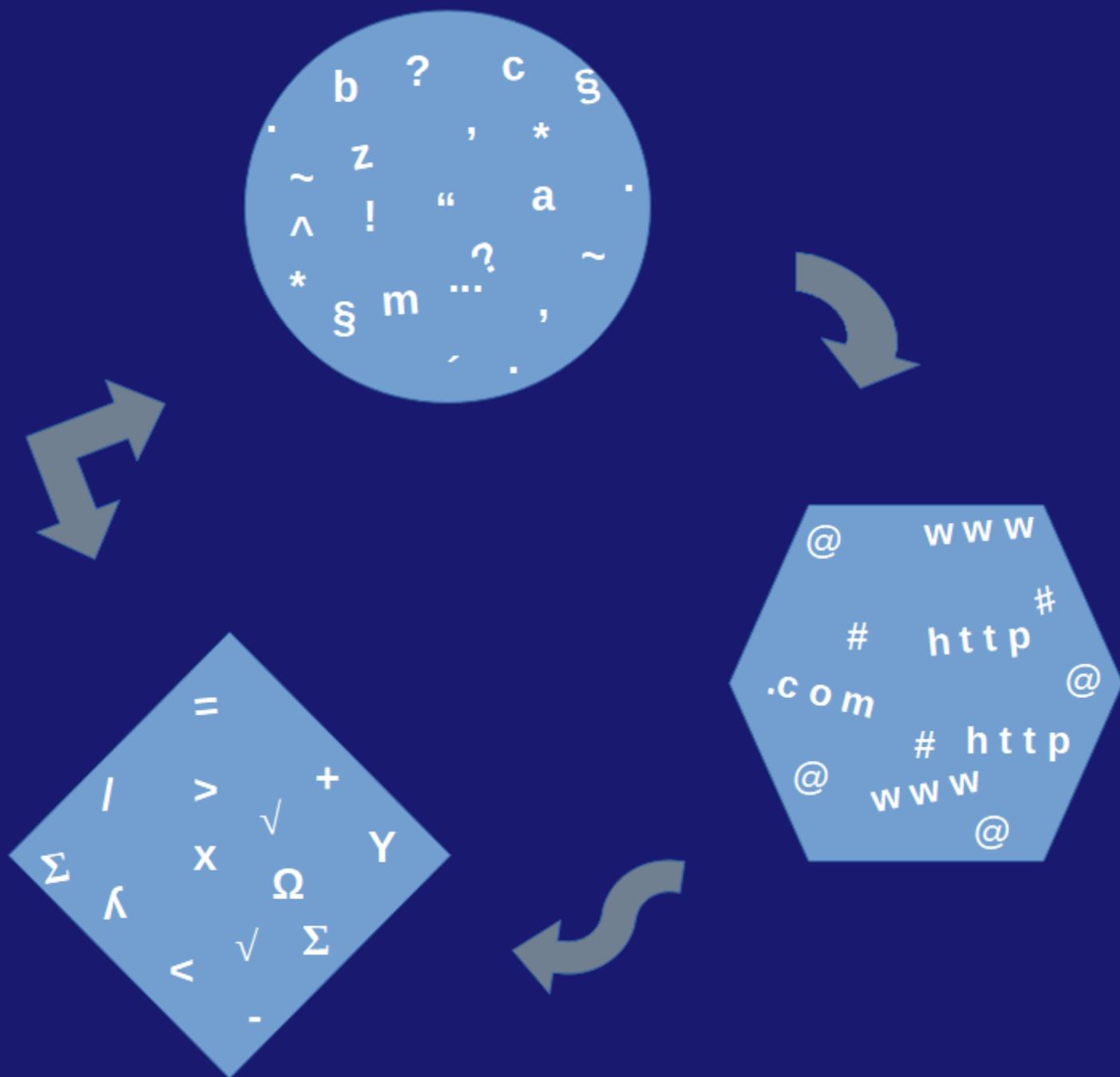


Luzinete da Silva Mussi
(organizadora)



Reflexões didáticas

Coletânea de trabalhos em Educação.



Reflexões didáticas

Organizadora:

Luzinete da Silva Mussi

Autores:

Adriana de Oliveira Teodoro

Ana Regina de Almeida Sampaio

Cecília de Campos França

Elizangela Lacerda da Silva

Francielle dos Santos

Joana Sousa Vilela

Leo Ricardo Mussi

Lidiane Ramos dos Santos Silva

Lúcio Mussi Júnior

Luzinete da Silva Mussi

Magali Regina Trevisol Antonioli

Márcia Regina Rocha

Maria José Alves Soares

Marli Francisco Sampaio

Rafaela Lucilia Silva Bandeira

Solange Luiza de Oliveira



Todos os direitos reservados.

Proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa do autor (art. 184 do Código Penal e Lei no 9.610, de 19 de fevereiro de 1998).

Editoração / Capa: Instituto Saber

Organizadora: MUSSI, Luzinete da Silva.

Autores: ANTONIOLLI, Magali Regina Trevisol; BANDEIRA, Rafaela Lucília Silva; FRANÇA, Cecília de Campos; MUSSI, Leo Ricardo; MUSSI, Lúcio Júnior; MUSSI, Luzinete da Silva; OLIVEIRA, Solange Luiza de; ROCHA, Márcia Regina; SAMPAIO, Ana Regina de Almeida; SAMPAIO, Marli Francisco; SANTOS, Francielle dos; SILVA, Elizangela Lacerda da; SILVA, Lidiane Ramos dos Santos; SOARES, Maria José Alves; TEODORO, Adriana de Oliveira; VILELA, Joana Sousa.

Reflexões didáticas. Organizadora: Luzinete da Silva Mussi. 1 ed. – Sinop-MT: Instituto Saber de Ciências Integradas, 2022.

97 p.

ISBN 978-65-87333-13-7

1.Educação. I. Título.

CDD – 370

Instituto Saber de Ciências Integradas

– Publicação de ebooks das mais variadas linhas editoriais:
isciweb.com.br/livros

– Publicação de capítulos de livros digitais na área de Educação:
isciweb.com.br/livros/39

– Publicação de artigos científicos através de nossa Revista Científica
Digital Multidisciplinar: isciweb.com.br/revista

Acesse!

Leia!

Publique!

Conselho editorial

Prof.^a Me. Luzinete da Silva Mussi (Editora-chefe)

Dr. Léo Ricardo Mussi

Prof. Especialista Lúcio Mussi Junior

Sumário

| | |
|--|----|
| CAPÍTULO I - A IMPORTÂNCIA DA ABORDAGEM DE TEMAS COMO VIOLÊNCIA, IGUALDADE DE GÊNERO, SEXUALIDADE E ABORTO COM OS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL II E ENSINO MÉDIO (Luzinete da Silva Mussi; Lúcio Mussi Júnior) | 6 |
| CAPÍTULO II: A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM NO MATERNAL III (Lidiane Ramos dos Santos Silva; Elizângela Lacerda da Silva) | 19 |
| CAPÍTULO III - A TRANSIÇÃO DAS BRINCADEIRAS COMO PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM (Magali Regina Trevisol Antonioli) | 29 |
| CAPÍTULO IV - A APRENDIZAGEM DA CRIANÇA HIPERATIVA (Ana Regina de Almeida Sampaio; Francielle dos Santos; Joana Sousa Vilela; Marli Francisco Sampaio) | 46 |
| CAPÍTULO V - BREVE ANÁLISE ACERCA DO BULLYING NAS ESCOLAS (Márcia Regina Rocha; Leo Ricardo Mussi) | 58 |
| CAPÍTULO VI - LUDICIDADE: BRINCANDO NA EDUCAÇÃO INFANTIL (Adriana de Oliveira Teodoro; Solange Luiza de Oliveira; Maria José Alves Soares) | 64 |
| CAPÍTULO VII - O OLHAR DOCENTE EM MEIO À DIVERSIDADE (Profa. Dra. Cecília de Campos França) | 70 |
| CAPÍTULO VIII - O PROFESSOR E SEUS DESAFIOS (Rafaela Lucília Silva Bandeira) | 92 |

**CAPÍTULO I - A IMPORTÂNCIA DA ABORDAGEM DE TEMAS COMO
VIOLÊNCIA, IGUALDADE DE GÊNERO, SEXUALIDADE E ABORTO
COM OS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL II E ENSINO MÉDIO
(LUZINETE DA SILVA MUSSI; LÚCIO MUSSI JÚNIOR)**

A IMPORTÂNCIA DA ABORDAGEM DE TEMAS COMO VIOLÊNCIA, IGUALDADE DE GÊNERO, SEXUALIDADE E ABORTO COM OS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL II E ENSINO MÉDIO

Luzinete da Silva Mussi¹

Lúcio Mussi Júnior²

RESUMO

Frente ao grande índice de violência e abusos contra crianças e adolescentes, bem como contra a mulher em nosso país atualmente, o presente trabalho foca nas ações que podem ser implementadas pela instituição escolar no sentido de levar conhecimento e conscientização aos estudantes, formando cidadãos mais conscientes de seus direitos e deveres, conseqüentemente mais capazes de constituírem uma sociedade mais justa e igualitária. A insuficiência das políticas públicas empregadas até aqui no sentido de minimizar tais problemas também é verificada. Visando cumprir tais objetivos, este trabalho foi formulado por meio do método de revisão bibliográfica, fundamentando-se em trabalhos de autores como: AMORIM (2018), COTTA (2015), COUTO (2015), PEDROSO (2021), RIBEIRO (2021), entre outros.

Palavras-chave: Ludicidade. Ensino. Educação Infantil.

INTRODUÇÃO

Nosso país enfrenta atualmente um cenário inaceitável no que tange a violência contra a mulher, contra a criança e aos adolescentes. Tal situação, assim como todas as mazelas sociais, é sentida de forma mais intensa pela parte da população menos favorecida econômica, social, cultural ou financeiramente.

Embora tenham havido ganhos com relação a este quadro nas últimas décadas, muito ainda precisa ser feito para que possamos chegar a um patamar ao menos aceitável.

¹ Diretora do Instituto Saber de Ciências Integradas e Coordenadora do Polo Sinop do Grupo PROMINAS (instituição que oferece cursos de Pós-graduação, Graduação e Complementação Pedagógica). Pedagoga. Licenciada em Educação Física. Psicopedagoga Clínica e Institucional. Especialista em Sociologia e Filosofia e em Gestão Educacional. Mestra em Ciências da Educação. prof.luzinetemussi@gmail.com

² mjuniorbr@gmail.com

Frente ao presente problema, a escola mostra-se como uma importante aliada da sociedade no sentido de conscientizar as crianças e adolescentes com relação tanto a seus direitos, quanto aos seus deveres como um cidadão, levando até eles um conhecimento libertador e capaz de mostrar caminhos alternativos à triste realidade que podem, eventualmente, estar vivenciando.

Deste modo, o presente trabalho busca entendimento relativo à importância de se trabalhar os temas relativos ao “empoderamento feminino” e o “aborto” junto aos estudantes do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio, sempre respeitando as especificidades de cada faixa etária e de cada turma.

Faz-se importante destacar que não se trata de uma proposta de “ensinar” ou estimular a prática de sexo, mas sim a busca por apresentar os pontos positivos e a importância do debate com os estudantes com relação ao funcionamento de seu corpo, seus direitos irrefutáveis sobre ele, bem como destacar, em momento adequado, as formas de se proteger de doenças sexualmente transmissíveis e gravidez indesejada.

Outro ponto a ser trabalhado é a autoestima principalmente das crianças e jovens do sexo feminino, de modo que sejam capazes de agir com firmeza, buscando ajuda se necessário, em caso de qualquer tipo de abuso físico, psicológico ou sexual.

O aborto (ou abortamento) também faz parte do foco desta pesquisa, já que está diretamente ligado à condição da mulher que pode ter conhecimento e acesso a recursos para evitar a gravidez indesejada, ou pode por alguma “falha” (financeira, social, cultural...), acabar por engravidar em uma situação em que o aborto seja visto como a resolução mais viável, ou a única.

Visando o cumprimento de tais objetivos, valeu-se da metodologia de revisão bibliográfica, à luz dos trabalhos de autores como AMORIM (2018), COTTA (2015), COUTO (2015), PEDROSO (2021), RIBEIRO (2021) e outros.

DESENVOLVIMENTO

De acordo com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (2021), cerca de 81% dos casos de violência contra a criança acontecem dentro da própria casa da vítima, conforme enfatizado a seguir:

A violência contra crianças e adolescentes atingiu o número de 50.098 denúncias no primeiro semestre de 2021. Desse total, 40.822 (81%) ocorreram dentro da casa da vítima. Os dados são do Disque 100, um dos canais da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (ONDH/MMFDH). No mesmo período em 2020, o número de denúncias chegou a 53.533. A maioria das violações é praticada por pessoas próximas ao convívio familiar. (BRASIL, 2021, s.p.)

Mussi (2017) destaca ainda que os problemas de violência contra a criança e o adolescente, bem como a maioria das mazelas sociais, afetam maioritariamente a população menos favorecida de recursos financeiros, haja vista que a privação de dinheiro impele a condições deficientes de subsistência. Tal problema acaba por afetar todas as áreas da vida destes indivíduos, como condição de moradia, alimentação, segurança, higiene, educação, saúde, cultura, enfim, gera uma condição de permanente calamidade, perpetuando um ciclo de miséria e pobreza.

Mostra-se evidente, portanto, que quanto menor é a renda da família, mais seus integrantes estão expostos a condições que os levam a dificuldades, privações e riscos oriundos de diversas naturezas.

Neste sentido, Mussi (2017) questiona a efetividade da igualdade de direitos garantida pela Constituição Federal de 1988 a todos os brasileiros ao sugerir uma reflexão através do trecho abaixo:

Imagina-se que duas crianças nascidas no mesmo dia, na mesma cidade, com os mesmos direitos à vida, saúde, alimentação, educação, segurança, entre outros, devidamente assegurados pela nossa Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Supondo que uma dessas crianças seja o quinto filho de um casal que mora em um barraco improvisado com restos de madeira, localizado em um bairro pobre e violento na periferia. Que a mãe dessa criança seja desempregada e analfabeta. Que o pai dessa criança seja operário e saia de casa às cinco horas da manhã para trabalhar e volte às vinte horas devido à distância e que receba um ordenado de um salário mínimo como única renda de sua família. Vamos supor agora que a outra criança é filha de um dos sócios da empresa que o pai da primeira criança trabalha. Supomos que o pai dessa segunda criança recebe um farto pró-labore, além de participação nos lucros da empresa da qual é sócio. Mora em um bairro nobre da cidade em uma casa que oferece todas as condições

de conforto e higiene onde o bebê recém-nascido já possui sua própria suíte montada com tudo de que necessita.

Perante essa situação hipotética, mas similar a muitas que acontecem todos os dias, podem-se fazer várias indagações: - Na prática, essas duas crianças têm o mesmo direito à vida? Terão o mesmo tipo de assistência à saúde? As duas terão a alimentação adequada para seu bom desenvolvimento físico e mental? Terão acesso à educação de qualidade? Esses dois indivíduos terão direitos iguais no tocante ao acesso a lazer e ao convívio social? (MUSSI, 2017, s.p.)

Fica evidenciado, deste modo, o quanto a desigualdade financeira pode tornar diferente a vida de pessoas que estão em classes sociais diferentes em nosso país. Neste cenário, oportunidades, riscos e até mesmos os direitos parecem distintos desde o nascimento.

Frente à problemática observada nas questões sociais brasileiras, a escola aparece como instituição capaz de levar algum socorro ou alívio, mesmo que de forma limitada. Porém, é preciso que haja, em primeiro lugar, a consciência de seus integrantes de que estão criando o futuro, de que estão formando o cidadão do amanhã e que, só haverá mudança se essas pessoas pensarem de forma diferente do que se pensa hoje. É necessário trabalhar para formar pessoas conscientes e críticas, seres humanos conhecedores de seus direitos e respeitadores dos direitos do próximo.

Entende-se que a maior parte das crianças e adolescentes que sofrem algum tipo de agressão ou abuso, também frequentam a escola. Neste sentido, um trabalho bem executado e capaz de conscientizar estes indivíduos de seus direitos e o acompanhamento na busca por intervenção quando necessário poderia minimizar o problema. De forma análoga, a maioria das meninas que engravidam na adolescência também frequenta a escola regular, e muitas vezes abandonam devido à gravidez. Então um trabalho capaz de levar informações a elas e aos seus eventuais pares, bem como promover o acesso aos métodos anticoncepcionais poderia minimizar o problema. Seguindo esta mesma linha de raciocínio, os relacionamentos abusivos também seriam reduzidos, já que, ao conscientizar a parte mais vulnerável, esta encontrará mais facilidade em perceber a seriedade dos abusos e mais condições de afastar-se deles e mesmo buscar auxílio, caso necessário.

Mostra-se, então, perceptível a importância social da escola na constituição de uma sociedade mais justa e equilibrada.

Pedroso (2021) chama a atenção para o índice da gravidez na adolescência no Brasil, que está acima da média mundial, conforme apresentado abaixo:

O índice de gravidez na adolescência no Brasil está acima da média mundial. Em 2020, registrou-se que, a cada mil brasileiras entre 15 e 19 anos, 53 tornam-se mães. No mundo, são 41, conforme relatório lançado recentemente pelo Fundo de População das Nações Unidas (Unfpa). A média da América Latina é de 62 meninas, a cada mil, que engravidam nesta faixa etária. Os dados reforçam a necessidade de tratar a gravidez na adolescência como uma questão de saúde pública. (PEDROSO, 2021, s.p.)

Corroborando, Amorim (2017) afirma que, de forma geral 55% das gestações em nosso país não são planejadas. Quando se observa apenas as adolescentes, esse índice sobe para 66%.

Esses números apontam, acima de tudo, o quanto os jovens brasileiros, e ainda pior, isso se perpetua durante a vida adulta, estão abandonados a nível de informação, conscientização e acesso aos meios contraceptivos.

Filippelli, (apud Pedroso, 2021), enfatiza que:

A gravidez quando na adolescência, desejada ou não, produz uma série de impactos na vida das jovens, tanto na área familiar, social, quanto pessoal e influencia diretamente a autonomia econômica dela no futuro. Nessa semana temos a oportunidade conscientizar a todos por meio do diálogo quanto a todas essas questões... (PEDROSO, 2021, s.p.)

Cotta (2015) acrescenta que no ano de 2014 foram estimas 208 milhões de gestações no planeta, cerca de 41% não foram planejadas, metade destas teriam terminado em aborto.

A autora enfatiza ainda que a falta de atenção ao planejamento familiar além de agravar o problema da gravidez na adolescência e do aborto, ainda aumenta as taxas de mortalidade infantil em decorrência de falta de recursos.

A autora retro citada enfatiza que há consenso cada vez mais abrangente entre os estudiosos de que o homem é igualmente responsável pela gravidez indesejada e que deve ser educado e conscientizado de tal responsabilidade.

Ribeiro (2021) traz à baila um agravante ao problema da gravidez na adolescência ao afirmar que a cada ano ocorrem no Brasil cerca de 19 mil partos de mães que têm entre 10 e 14 anos de idade.

Tais dados causam ainda mais espanto devido ao fato de, segundo a legislação brasileira, manter relações sexuais ou atos libidinosos com crianças menores de 14 anos é considerado estupro de vulnerável, ainda que haja o consentimento da vítima, ou que haja uma relação amorosa estável. Conforme destacado abaixo:

A Lei dos Crimes contra a Dignidade Sexual – Lei 12015/2009, trouxe o tipo do art. 217-A do CP - estupro de vulnerável. Embora nova a referida tipologia penal, o que fez a lei foi estabelecer em um único tipo o estupro e o atentado violento ao pudor de vulneráveis, realizando a fusão do que antes estava tipificado no art. 213 e art. 214 c/c art. 224 do CP, aumentando, ainda, a pena. Mas não foi só isso que a lei mudou. Ao contrário da redação anterior que se falava em presunção de violência, agora a lei fala em vulnerabilidade. Em outras palavras, o art. 217-A do CP sanciona a prática de conjunção carnal ou atos libidinosos contra vulneráveis, estabelecendo as hipóteses de sujeitos sexualmente vulneráveis. Registre-se, apenas, que ato libidinoso é qualquer conduta – capaz de satisfazer a lascívia do agente – diverso da conjunção carnal. Trata-se de conceito, portanto, abrangente. (COUTO, 2015, s.p.)

Tal prerrogativa enfatiza que parte dos direitos constitucionais garantidos ao povo brasileiro parece ser apenas teórico, haja vista que, na prática, os governos parecem incapazes de garanti-los de fato.

Cotta (2015) corrobora acrescentando o seguinte:

... também é necessária a existência de uma rede de proteção efetiva, que possa proteger adolescentes dos diversos tipos de violência e oferecer mecanismos para denunciá-la. A família também precisa ser acompanhada de perto, com conhecimento de como acionar os serviços. “Prevenir a gravidez precoce é essencial para cumprir a promessa da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável, de não deixar ninguém para trás e de garantir que as meninas possam alcançar seu maior potencial e exercer seus direitos humanos”, acrescenta a representante. (COTTA, 2015, p.d.)

Contudo, percebe-se a carência de políticas públicas realmente eficientes e capazes de levar conhecimento, conscientização e recursos à população menos favorecida, sobretudo aos mais jovens.

Neste cenário, a escola precisa atuar de maneira mais ativa na formação de nossas crianças e jovens, onde, principalmente os professores e gestores ocupam posição favorável para a adoção de práticas capazes de contribuir para que, ao menos conhecimento e conscientização cheguem até seus alunos.

Neste âmbito, Amorim (2017) afirma que:

Discutir a sexualidade humana, os métodos contraceptivos e a prevenção de infecções sexualmente transmissíveis é também função da escola e pode trazer efeitos positivos importantes, muitos dos quais vêm sendo amplamente estudados na literatura especializada. (AMORIM, 2017, s.p.)

Mostra-se de grande importância destacar que não se trata de estimular ou ensinar a fazer sexo, mas sim de levar conhecimento com relação ao funcionamento do corpo humano, bem como das responsabilidades, riscos e direitos envolvidos na maneira como cada indivíduo faz uso de seu corpo. Lembra-se ainda que a observância da faixa etária a ser trabalhada e também do grau de maturidade psicológica apresentado por cada indivíduo devem ser os norteadores de qualquer abordagem que se faça envolvendo temas relativos à sexualidade.

Assim, as abordagens com os estudantes devem sempre ter um caráter de levar informação, conscientização e responsabilidade, de modo a minimizar as chances de que se pratiquem atos irresponsáveis e também reduzir os abusos tanto sofridos quanto praticados. Trata-se, portanto, da educação trabalhando em prol da formação de indivíduos mais conscientes.

Corroborando, acrescenta-se que:

... a gravidez na adolescência ocorre com maior frequência entre as meninas com menores escolaridade, renda e acesso a serviços públicos, além das que estão em situação de maior vulnerabilidade social. Assim, a discussão do tema torna-se ainda mais urgente uma vez que as mães precoces tendem a ter menos acesso às informações preventivas e também estão mais expostas às práticas de violências.... (COTTA, 2015, p.d.)

Percebe-se ainda a necessidade da organização de conversas com os estudantes sobre os temas diversos, porém muito importantes na formação do ser humano, como as questões sociais dos locais onde vivem, o papel da mulher na sociedade, sexualidade, contracepção, respeito ao próximo, entre outros. (PLENARINHO, 2021)

Neste sentido, destaca-se ainda que:

Desenvolvendo atividades que permitam que meninos e meninas questionem e compreendam o papel e a importância de cada um na sociedade. Recuperando e valorizando a participação feminina na História do País, nas ciências, nos esportes, na arte, na política. Desconstruindo a ideia de que existem atividades próprias de um ou de outro gênero. (PLENARINHO, 2021, s.p.)

Seguindo tal ideia, mostra-se importante que os professores das diversas disciplinas trabalhadas na Educação Básica, sejam capazes também de promover a igualdade entre os gêneros, sempre mostrando aos estudantes a equiparação de qualidades, direitos, capacidades e valores, buscando a formação de indivíduos conscientes de tal igualdade.

Assim, o feminismo, enquanto movimento e ideologia que prega a igualdade entre os gêneros, também deve ser alvo de diálogos junto aos estudantes, conforme enfatizado abaixo:

O empoderamento feminino na escola, por exemplo, é uma das medidas capazes de contribuir para o desenvolvimento de mulheres mais preparadas e confiantes, aptas a colaborar com a sociedade para o seu progresso. Nesse sentido, cabe ao professor — diante das circunstâncias — incentivar as reflexões sobre os gêneros, promover a equidade, estimular a empatia e fortalecer o empoderamento feminino na escola, evitando que meninas se sintam menosprezadas frente a situações machistas. (ESCOLA DA INTELIGÊNCIA, 2019, s.p.)

A Escola da Inteligência ainda destaca que devem ser incorporadas às práticas escolares, atividades capazes de levar os estudantes a questionamentos e à busca pela compreensão do papel e da importância assumida por cada um frente à sociedade em que vive. Desta forma é possível fortalecer o entendimento de igualdade de gênero.

Outro ponto de grande importância está relacionado a levar até os estudantes o conhecimento relativo à questão da violência contra a mulher, estimulando os debates amplos sobre o tema, conforme exemplificado abaixo:

Peça que os(as) estudantes pesquisem na internet notícias sobre casos de violência contra a mulher, sobre as estatísticas mais recentes. Eles(as) devem analisá-las e comentá-las com a turma. Peça que digam quem são os agressores mais comuns, o que os moveu. Peça que definam o termo feminicídio e o que ele significa. (PLENARINHO, 2021, s.p.)

Assim, a Internet e os meios digitais mostram-se como importantes aliados dos professores no trabalho com os temas retro citados, são práticas capazes de envolver os estudantes na própria pesquisa e estimular a discussão. Livros e revistas também são de grande valia neste trabalho, assim como palestras específicas, mas não se podem descartar casos em que conversas individualizadas possam ser necessárias, bem como o auxílio ao

aluno que precisa de ajuda em outras esferas, como sociais, profissionais, legais ou até mesmo policiais.

Neste sentido, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos destaca a funcionalidade do serviço “Disque 100”, conforme observa-se a seguir:

O Disque 100 é um serviço gratuito para denúncias de violações de direitos humanos. Qualquer pessoa pode fazer uma denúncia pelos serviços, que funcionam 24h por dia, incluindo sábados, domingos e feriados. Além de cadastrar e encaminhar os casos aos órgãos competentes, a Ouvidoria recebe reclamações, sugestões ou elogios sobre o funcionamento dos serviços de atendimento. (BRASIL, 2021, s.p.)

Voltando às discussões relativas ao abortamento, apresenta-se abaixo um texto focado no convite à reflexão e debate sobre o tema:

O corpo é meu!

Vamos supor que eu tenha um carro. Eu comprei, paguei por ele com o meu dinheiro e transferei para meu nome. Este carro é meu e está pago, logo eu posso fazer o que quiser com ele. Eu posso mudar de cor, trocar os estofamentos, tirar o banco de traz e colocar caixas de som no lugar. Posso até pegar um machado e quebrar todos os vidros dele, quebrar também os faróis, drenar o óleo do motor e deixar funcionando até travar completamente. Jogá-lo de uma ribanceira ou atear fogo nele. Eu posso fazer tudo isso se eu quiser e não existe uma lei que possa me punir por isso, a menos que eu tenha colocado outras pessoas em risco por isso. Eu não posso andar na rua com o carro em más condições, mas posso fazer o que eu quiser com ele e você que está lendo este texto agora não poderá fazer nada contra mim (ao menos legalmente). Pode até me taxar de louco, mas vai ficar só nisso.

Agora, vamos imaginar uma situação hipotética:

– Eu não quebrei o meu carro, ele está perfeito. Então eu resolvo ir ao clube no domingo e você também está indo pra lá. Então eu permito que você entre no meu carro e vá comigo. Sim, eu permito, visto que nesta hipótese ninguém me forçou a aceitar você dentro do meu carro e eu tenho à disposição inúmeros recursos que poderiam evitar que você ou qualquer outra pessoa entrasse no meu carro.

Pois bem, estamos nós (felizes ou não) a caminho do clube. Porém, no meio do trajeto eu percebo que você me atrapalha. Sim, sua presença me incomoda e além do mais eu quero chegar no clube sozinho e não com alguém inconveniente como você do meu lado. E se eu tiver que cuidar de você no clube? Nem pensar! Sou novo demais pra isso e você atrapalharia totalmente meus planos e minha vida.

Então eu posso parar no acostamento e pedir a você que desça e chame um táxi, um Uber, ou faça seja lá o que queira fazer. Pronto, você segue seu rumo e eu sigo o meu!

Seria bem fácil se fosse assim.

Mas não é!

Nós estamos atravessando um túnel. Sim, havia um longo túnel no trajeto até o clube e agora estamos dentro dele. O trânsito é intenso, não tem acostamento e, como você já deve estar imaginando, não há como parar e muito menos voltar ao ponto de partida. Então a única opção é atravessar todo o túnel com o inconveniente de sua presença dentro do meu carro e, só do outro lado, parar no acostamento e deixar você em um local onde alguém possa ficar com pena e te dar uma carona.

Já que estamos neste ponto, gostaria de lembrar que somos humanos, sentimos emoções e muitas vezes elas se desordenam a tal ponto que nossos horizontes vão se fechando até restarem poucas (ou pouquíssimas opções).

Sim, o túnel é bem longo e os sentimentos travam grande batalha em minha mente. Sua presença me incomoda e o simples fato de eu lembrar que você está dentro do meu carro já torna minha vida um inferno. Você começa a perceber que a situação está ficando tensa e vasculha a memória recente em busca de algo que tenha feito para me deixar irritado e nada. Você então, se lembra de que eu não lancei mão de nenhum recurso que te impedisse de entrar em meu carro e agora percebe que minha ira cresce de forma desordenada.

Neste momento eu cheguei ao meu limite e tento te empurrar do banco do carona para que se estafele em meio aos veículos que vêm atrás, mas sozinho eu não consigo e você já não sabe o que vai acontecer e nem tampouco por quanto tempo ainda estará vido.

Em meio a todo esse desespero percebe-se que um outro veículo alcança o meu passando a andar ao lado, tão encostado que basta eu abrir o vidro para que o outro condutor possa tocar em você. Nem um de nós sabe quem é essa pessoa, de onde veio ou pra onde ela vai. Mas sabemos que ele pode me ajudar.

Você agora está desesperado e sabe que o fim chegou, mas não há nada a se fazer, não há pra onde fugir. Nesse momento o condutor desse outro veículo mostra-me ferramentas com as quais ele poderá remover você do meu carro. Não me interesse pelos detalhes, só quero que faça!

Ele passa o preço! Eu passo o dinheiro!

É desesperador! É horrível. Eu acabei de tirar uma vida humana. Uma vida que eu mesmo deixei que entrasse no meu carro!

O interior do veículo está todo ensanguentado agora e até pequenos pedaços seus ainda estão ali para apodrecerem sozinhos, já que não houveram tempo e vontade de fazer um trabalho melhor.

Eu tinha urgência e ninguém deveria saber!

Mas eu me consolo! Eu nem te conhecia ainda. Não sabia quem era você, ou quem seria um dia. E o sangue do interior do carro vai secando com o tempo. Daqui há pouco nem dá mais pra perceber.

O importante é que o carro é meu e estou sozinho novamente. Estou livre!

E caso você tenha achado essa hipótese estranha, lembre-se: nessa situação hipotética o carro é meu!

– Meu carro, minhas regras! (MUSSI, 2020, s.p.)

Faz-se necessário enfatizar ainda que em algumas ocasiões o abortamento pode mostrar-se indicado e até mesmo necessária por motivos diversos, no entanto, na grande maioria dos casos trata-se de um problema que pode ser evitado ao passo que se pode evitar a gravidez indesejada por meio de educação, conscientização e acesso aos métodos contraceptivos.

Fica assim evidente uma chacina silenciosa que pode ser evitada pela simples mudança de paradigma para um trabalho (realmente eficaz) voltado para a prevenção da gravidez não planejada a partir dos diversos métodos e opções com os quais contamos na atualidade, ao invés de permitir que uma vida surja e inicie seu desenvolvimento para então ser extinta de forma brutal e clandestina, colocando em risco até mesmo a saúde da mulher.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se por meio do presente trabalho, a escola como instituição social capaz de contribuir para a diminuição do problema de violência e abusos contra crianças e adolescentes, bem como colaborar mais ativamente na constituição de uma sociedade justa e igualitária.

Neste sentido, professores e gestores foram apontados como os principais agentes transformadores da realidade, já que podem levar o conhecimento até os estudantes, promovendo a conscientização e contribuindo de alguma forma para a solução e prevenção de situações de violências e abusos.

Ficou evidente a carência sofrida pelas camadas menos favorecidas da população em termos de conhecimento, conscientização e acesso a meios contraceptivos. Assim, é notório que a gravidez indesejada se mostra como um problema de saúde pública e a causa do índice tão grande de abortamentos que vêm acontecendo no Brasil.

Contudo, está claro que ações governamentais realmente eficazes são urgentes, mas que a escola assume papel de destaque no que se refere a promover a mudança através da educação e da conscientização.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Melania. Educação sexual nas escolas previne gestações não planejadas e aborto. Catarinas. 2018. Disponível em:

<https://catarinas.info/educacao-sexual-nas-escolas-previne-gestacoes-nao-planejadas-e-aborto/>. Acesso jan. 2022.

BRASIL. 81% dos casos de violência contra crianças e adolescentes ocorrem dentro de casa. Brasília. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/julho/81-dos-casos-de-violencia-contras-criancas-e-adolescentes-ocorrem-dentro-de-casa>. Acesso jan. 2022.

COTTA, Carolina. SAÚDE - Educação sexual é o caminho para diminuir gravidez na adolescência. Ministério Público do Paraná. 2015. Disponível em: <https://crianca.mppr.mp.br/2015/10/12212,37/>. Acesso jan. 2022.

COUTO, Cleber. Estupro de vulnerável menor de 14 anos. Jusbrasil. 2015. Disponível em: <https://professorclebercouth.jusbrasil.com.br/artigos/211166374/estupro-de-vulneravel-menor-de-14-anos-vulnerabilidade-absoluta-ou-relativa>. Acesso jan. 2022.

ESCOLA DA INTELIGÊNCIA. Empoderamento feminino na escola. Como ensinar? EI Educação Socioemocional. 2019. Disponível em: <https://escoladainteligencia.com.br/blog/empoderamento-feminino-na-escola-como-ensinar/>. Acesso jan. 2022.

MUSSI, Lúcio J. DETERMINISMO E EXCLUSÃO SOCIAL: ATÉ QUE PONTO NOSSOS DIREITOS SÃO IGUAIS? Revista Científica ISCI. N.1, 2017. Disponível em: <http://iscweb.com.br/revista/21-numero-01-2017/260-determinismo-e-exclusao-social-ate-que-ponto-nossos-direitos-sao-iguais>. Acesso jan. 2022.

_____. O único veículo. Instituto Saber de Ciências Integradas. 2020. Disponível em: <http://iscweb.com.br/blog/o-unico-veiculo/#more-638>. Acesso jan. 2022.

PEDROSO, Mônica. GDF e ONU promovem debates com jovens sobre planejamento reprodutivo, direitos sexuais e maternidade precoce. Fala Adolescente. 2021. Disponível em: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2021/02/01/fala-adolescente/>. Acesso jan. 2022.

PLENARINHO. Trabalhando o empoderamento feminino em sala de aula. Câmara dos Deputados. Brasília. 2021. Disponível em: <https://plenarinho.leg.br/index.php/2021/03/trabalhando-o-empoderamento-feminino-em-sala-de-aula/>. Acesso jan. 2022.

RIBEIRO, Fernando. Apesar da redução dos índices de gravidez na adolescência, Brasil tem cerca de 19 mil nascimentos, ao ano, de mães entre 10 a 14 anos. UNFPA Brasil. 2021. Disponível em: <https://brazil.unfpa.org/pt-br/news/apesar-da-redu%C3%A7%C3%A3o-dos-%C3%ADndices-de-gravidez-na-adolesc%C3%Aancia-brasil-tem-cerca-de-19-mil>. Acesso jan. 2022.

**CAPÍTULO II: A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO NO PROCESSO DE
ENSINO APRENDIZAGEM NO MATERNAL III (LIDIANE RAMOS DOS
SANTOS SILVA; ELIZÂNGELA LACERDA DA SILVA)**

A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM NO MATERNAL III

Lidiane Ramos dos Santos Silva³

Elizângela Lacerda da Silva⁴

RESUMO

O presente trabalho vem abordando um tema importante para a aprendizagem na educação infantil, que é a brincadeira como proposta pedagógica. A brincadeira é de suma importância para o desenvolvimento da criança sendo ele social, físico, emocional e cognitivo. O papel do professor frente a brincadeiras que educam, como mediador do divertimento que se torna aprendizagem, uma necessidade da criança para viver.

Palavras-chaves: Brincar. Lúdico. Educação Infantil.

Introdução

O centro dessa pesquisa é a brincadeira no ambiente escolar para as crianças da Educação Infantil e nós temos como objetivo mostrar que em qualquer momento uma brincadeira traz um aprendizado, sendo ela uma atividade dirigida ou livre e é preciso que o educador entenda que o seu papel é importante como motivador deste processo educacional.

Entendemos que o brincar é muito importante para o desenvolvimento da criança, por isso nós escolhemos esse tema, sabemos que através da brincadeira se torna possível trabalhar o lado motor, cognitivo, social e emocional do indivíduo.

Observamos que na Educação Infantil a criança, por não saber ainda expressar seus desejos através de palavras ou frases, comunica-se com o corpo e em alguns tipos de brincadeiras. Esta é a fase do brincar, a fase de desenvolver a sua criatividade, a imaginação e da aprendizagem.

³ Tangará da Serra – MT. Email: maninha_tga23@hotmail.com

⁴ Tangará da Serra – MT. Email: elliperola@gmail.com

A metodologia deste artigo baseou-se na análise de conteúdo, que foram lidos livros, artigos de revistas e sites da internet referentes ao tema trabalhado. Foram feitas observações, aproveitando que a acadêmica é professora de educação infantil no maternal III.

Na Fundamentação Teórica será definido o lúdico através da sua história, contendo a metodologia e conceitos de alguns autores. Em seguida uma breve explicação do sentido da brincadeira nas salas de aula da Educação Infantil, na forma de ensino-aprendizagem, de como o brincar está relacionado divertimento. E para finalizar colocarei alguns projetos que ajudam no desenvolvimento do lúdico na sala de aula, eles abordam alguns projetos que podem auxiliar o professor no desenvolvimento das aulas.

Fundamentação Teórica

O lúdico através da história

A etimologia da palavra lúdico se originou de “ludus” que tem como significado jogo. Desta forma se torna possível crer que existe uma referência apenas ao ato jogar, ao divertimento livre, o lúdico deixou de possuir apenas algo não construtivo e passou a ser reconhecido como uma modalidade essencial do comportamento humano que traz além do brincar a possibilidade de aprendizagem em diversos âmbitos.

Segundo Piaget e Vygotsky, em filosofia com Froebel e Dewey, essa vertente do brincar como algo inerente à natureza humana colabora para o aprendizado, de modo que a definição deixou de ser o simples sinônimo de jogo. Para os autores aqui citados, a brincadeira e as suas implicações ultrapassam o universo do brincar espontâneo, possuindo também interferências nos âmbitos pedagógico e social, além da brincadeira como um ato de simples prazer.

Rodinha na sala de aula: Participar de situações de comunicação oral, falar e ouvir as ideias dos outros.

Friedrich Froebel enfatiza um conceito sobre o lúdico:

É a qualidade daquilo que estimula através da fantasia, do divertimento ou da brincadeira, trata-se de um conceito bastante utilizado na educação, principalmente a partir da criação da ideia de „jardim de infância, bem, como o uso de jogos e brinquedos, que deviam ser organizados e sutilmente dirigidos pelo professor.

O autor nos fala a respeito do estímulo do professor em atividades na sala de aula, pois a brincadeira faz uma grande diferença no processo de aprendizagem da criança, ela se sente livre, mas está sendo direcionada pelo professor para atingir seus objetivos nesse processo. A ludicidade faz parte das atividades essenciais da dinâmica humana se caracterizando por ser espontâneo, funcional e satisfatório levando assim a realização de diversas atividades que englobam a criança dentro de sua especificidade contribuindo para uma satisfação pessoal, ela é um meio que contribui e enriquece o desenvolvimento intelectual da criança.

Para Vigotsky, a brincadeira:

(...) cria na criança uma nova forma de desejos. Ensina-a a desejar relacionando os seus desejos a um “eu” fictício, ao seu papel na brincadeira e suas regras. Dessa maneira, as maiores aquisições de uma criança são conseguidas no brinquedo, aquisições que no futuro tornar-se-ão seu nível básico de ação e moralidade. (1995: 95).

É brincando que a criança convive com os seus medos, com a raiva, com ansiedades e estabelece o equilíbrio entre o mundo interno e externo, conseguindo assim o auxílio para o desenvolvimento de sua personalidade. É muito importante que antes de iniciar a atividade, o professor e as crianças estabeleçam juntos as regras de como realiza-las, afim de que todos participem, mas uma vez estabelecida essa regra, esta deve ser cumprida. Tal procedimento exige uma coerência muito grande por parte do professor e das próprias crianças. Ensinar através de atividades lúdicas é um excelente recurso pedagógico.

Segundo Brougère, o brincar e a aprendizagem estão intimamente ligados, ele considera que a esfera lúdica, num plano emocional, é revitalizadora tanto quanto mediadora da aprendizagem que possibilita a criação. Assim também reflete que a resistência ou a incapacidade de participar de algum jogo revela um Eu enunciado por temores que pode inibir o pensamento e o desenvolvimento psicoemocional e relacional.

Como afirma Cerisara:

Quando a criança brinca, ela cria uma situação imaginária, sendo esta uma característica definidora do brincar em geral. Nesta situação imaginária, ao assumir um papel a criança inicialmente imita o comportamento do adulto tal como ele observa em seu contexto (CERISARA, 2008, p.130).

Então durante as brincadeiras a criança utiliza em alguns momentos elementos do seu dia-a-dia, para se desenvolver em algumas situações.

A educação infantil, como o nome da modalidade já diz, tem como centro do seu trabalho as crianças, lembrando que brincar é algo que faz parte da natureza humana e que é um direito da criança como consta no Art. 16 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Que define o brincar como um dos direitos de liberdade da criança:

Considerando-se as especificidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas das crianças de zero a seis anos, a qualidade das experiências oferecidas que podem contribuir para o exercício da cidadania devem estar embasadas nos seguintes princípios: o respeito à dignidade e aos direitos das crianças, consideradas nas suas diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais, 32étnicas, religiosas etc.; o direito das crianças a brincar, como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil; o acesso das crianças aos bens socioculturais disponíveis, ampliando o desenvolvimento das capacidades relativas à expressão, à comunicação, à interação social, ao pensamento, à ética e à estética; a socialização das crianças por meio de sua participação e inserção nas mais diversificadas práticas sociais, sem discriminação de espécie alguma; o atendimento aos cuidados essenciais associados à sobrevivência e ao desenvolvimento de sua identidade. (BRASIL, 1998, p.13).

Ao desenvolver uma atividade lúdica com um brinquedo educativo, precisa ter objetivos, pois a função lúdica quando ela é propícia a diversão tem seus objetivos de ensinar qualquer coisa que agregue a criança o conhecimento, e, sobretudo, novas experiências para a assimilação do mundo e por consequência um desenvolvimento.

Assim é importante perceber que além da brincadeira educativa direcionada, o aprendizado também existe quando acontece a brincadeira livre, aquela em que a criança decide o início, o andamento e as regras, este tipo de brincadeira pode acontecer fora ou dentro da sala de aula.

Este brincar que kishimoto denomina como “dotado de natureza livre” também contribuí para o processo de desenvolvimento da criança.

O jogo era visto como recreação. Desde o início da civilização humana, ele aparece como relaxamento nas atividades que exigiam esforços físicos, intelectual e escolar. Na idade média, era considerado “não sério”, porque era associado ao jogo de azar, bastante praticado na época. Já no Renascimento, período chamado de compulsão lúdica, a brincadeira era vista como uma conduta livre que favorecia o desenvolvimento da inteligência e que poderia facilitar o estudo. No Renascimento se constituiu uma nova concepção de infância, em que a criança “é vista como ser que imita e brinca, dotada de espontaneidade e liberdade” (KISHIMOTO, 1998, p.63).

Como a criança está em desenvolvimento, à brincadeira é um processo ativo utilizado por ela na exploração do meio, com o objetivo de descobrir a si mesma e aprender a realidade, vivenciar o lúdico e tornar-se capaz de ser e interagir com o ambiente em que vive.

O brincar: uma forma de ensino-aprendizagem

O brincar está relacionado ao jogo, ao divertimento, as brincadeiras são caracterizadas como atividades livres e têm um enfoque individual, segundo o autor Winnicott (apud Marcellino, 1989). Por isso as brincadeiras “são organizadas apenas por recreação e divertimento”, sendo consideradas atividades lúdicas (VITAL, 2003, p. 39).

Para Rosa (2002) a brincadeira é “como uma atividade separada e independente da criança que brinca” (p. 40). A autora relaciona esse sentido da brincadeira com o sentido de brincar de Winnicott, que atribui à palavra brincar “uma experiência num contínuo espaço-tempo, uma forma básica de viver” (p.40).

Vital (2003) traz que a brincadeira é um “recurso que ensina, desenvolve e educa de forma prazerosa; o brinquedo educativo encontra-se exemplificado no quebra-cabeça, nos brinquedos de tabuleiro” (p. 41).

Oliveira (2002) também faz a relação do brincar com o desenvolvimento. A autora comenta que ao brincar a criança se desenvolve, pois, seus processos psicológicos são acionados e desenvolvidos. Para ela a “brincadeira infantil beneficia-se de suportes externos para sua realização: rituais interativos, objetos e brinquedos” (p. 231).

Ao brincar de (A História da Serpente) a criança se desenvolve, pois, seus processos psicológicos são acionados e desenvolvidos.

O brincar é um recurso que as crianças utilizam para exprimir e elaborar etapas de conteúdos de sua cognição, fato, vida, sentimentos. Além de ajudar no desenvolvimento motor e cognitivo.

As brincadeiras passam por uma grande transformação conforme a criança cresce e adquire uma abordagem mais sofisticada. Quando bebê, o brincar está muito associado à exploração do espaço em que está inserido (tão novo e conhecido), ao conhecimento (brinca com as partes de seu corpo) e à aquisição das primeiras habilidades motoras.

O brincar representa também, as emoções que ocorrem ao seu lado, poderá fazer de conta que é uma mãe muito brava – assim como a sua, nesta vertente tenta assimilar o porquê dessas emoções. Nesta linha de pensamento, o brincar também reflete a diferença entre os sexos na forma de brincar.

A brincadeira repassa para as crianças valores que a sociedade acredita ser importante, para as meninas ressalta que seu ato de brincar seja de forma delicada. Enquanto para os meninos, estes não podem ser chorões ou delicados e principalmente na forma de expressar seus sentimentos.

Freire (1945, p. 43) ressalta que a escola pensa estar educando para o aprendizado dos símbolos, e estes, representados pelos números, letras e outros sinais, são reconhecidos socialmente. Considerando que a procedência de brincar implica em diversas áreas de conhecimento e atinge todas as partes do cognitivo, social e o emocional.

Projetos que ajudam no desenvolvimento do lúdico na sala de aula

Sendo assim, para finalizar meu artigo abordarei alguns projetos que podem auxiliar o professor no desenvolvimento das aulas, porque muitas vezes o professor fica com dúvidas de como trabalhar alguns conteúdos relacionando com o lúdico e o brincar. A ludicidade é assunto que tem conquistado espaço, pois a criança se torna criadora porque além da sua necessidade de exprimir seus sentimentos, precisa

relacionar-se com o mundo.

Confecção de instrumentos musicais com materiais recicláveis: Violão e Chocalho. Atividade através de músicas: exige ritmo lento e rápido. Percepção do som, barulho.

Contar história com o uso de fantoches. A escola deve disponibilizar de um espaço adequado para que as crianças possam ter autonomia no brincar, como por exemplo, estantes baixas com brinquedos coloridos, de encaixe, fantoches, livros de pano, e etc. Esse ambiente precisa ter bastantes cores que estimulem o aprendizado da criança. A brincadeira com o uso de fantoches estimula a criança a desenvolver a atenção, a memória, a autonomia, a capacidade de resolver problemas, se socializar, desperta a curiosidade e a imaginação, de maneira prazerosa e como participante ativo do seu processo de aprendizagem.

Projeto de Leitura. É necessário tornar a suas aulas e suas práticas mais atrativas na seguinte forma:

Despertar anseios dos educandos pelas manifestações culturais e pelo reconhecimento das abordagens sugeridas e desenvolvidas nas brincadeiras;

Entender a brincadeira cantada como meio de educação, ludicidade, desenvolvimento rítmico, musical e gestual de contribuição ao mundo de movimento dos indivíduos;

Perspectivar as brincadeiras cantadas como acervo de simbologias e probabilidade de comentário de sentidos e conotações que possam recomendar;

Visualizar a brincadeira cantada como mina de análise e informação, especialmente das mudanças do próprio brincar, da infância e do lúdico;

Oportunizar aos educandos o contato com brincadeiras cantadas diferenciadas que direcionam tanto para o ato de jogar, quanto a dançar, a dramatização e a mímica, enaltecendo as suas possibilidades culturais.

Projeto Informática. Os educadores precisam ser dinâmicos, terem iniciativas e principalmente inovadores, sempre com a intenção de almejar grandes sonhos. Porque nossos educandos espelham no seu trabalho alguém de suma importância para eles, por isso a necessidade de mostrar aulas um tanto atrativas.

A fase da Educação Infantil é o início da vida escolar de uma criança, é um mundo desconhecido em que ela irá desenvolver a parte cognitiva, motora, psicológica, social e cultural. Mas para que aconteça o processo de desenvolvimento do ensino- aprendizagem o indivíduo tem que explorar este ambiente, por isto é importante que, seja um espaço limpo, com cores vivas e com brinquedos atrativos.

[...] prazeroso, devido a sua capacidade de absorver o indivíduo de forma intensa e total, criando um clima de entusiasmo. E este aspecto de envolvimento emocional que o torna uma atividade com forte teor motivacional, capaz de gerar um estado de vibração e euforia. [...] As atividades lúdicas integram as várias dimensões da personalidade: afetiva, motora e cognitiva. [...]. O ser que brinca e joga é, também, o ser que age, sente, pensa, aprende e se desenvolve. (TEIXEIRA, 1995, p. 23 apud FELTRIN, 2010).

Ninguém quer deixar seu filho em um local que transmita insegurança, desconfiança. Existem crianças que passam a maior parte do tempo dentro da escola, fazem suas refeições diárias, sua higiene, é importante que seja um local seguro, saudável, atrativo e acolhedor.

Conclusão

Diante das pesquisas e análises realizadas, foi possível concluir que o brincar envolve vários aspectos no desenvolvimento da criança, sendo eles físico, afetivo, cognitivo e social. Sendo assim é fundamental que a escola, pais e professores estejam sempre comprometidos com a educação, as escolas devem sempre proporcionar um espaço que atenda a ludicidade necessária à faixa etária da criança na Educação Infantil. É essencial que este ambiente seja prazeroso e harmonioso para que a criança se envolva no processo ensino-aprendizagem de maneira a se desenvolver plenamente, satisfazendo todas as suas expectativas, todos os seus anseios, enfim toda sua vontade de aprender, para interagir no mundo como cidadão. Sabemos que a finalidade da Educação Infantil é o desenvolvimento da criança, que ela seja a base para as demais etapas do processo educacional, e que toda sua proposta pedagógica deve estar direcionada a sua experiência e a sua vivencia.

Como já foi apresentado neste artigo o brincar é coisa séria, sendo assim é fundamental o papel do professor como mediador nesse processo de ensino- aprendizagem. As atividades pedagógicas precisam ter fundamentos e objetivos a serem alcançados e o brincar livre e o brincar dirigido contribuam para o aprendizado.

A criança até mesmo em uma atividade livre está aprendendo a criar, montar, desmontar e encaixar, esse é o momento em que o professor precisa estar atento. Observar e fazer anotações se for preciso, porque dentro da atividade livre é possível identificar a criança mais tímida, a líder, a que tem dificuldades de se socializar, entre outros. Não basta apenas deixar as crianças brincarem, é importante que em alguns momentos, esta brincadeira seja direcionada para que ampliem suas capacidades dos conhecimentos necessários ao seu pleno desenvolvimento.

Referências Bibliográficas

AALMEIDA, Anne. Ludicidade como Instrumento Pedagógico. Disponível em: <http://www.cdof.com.br/recrea.22.html>, 2013. Data 05/06/2013, 19:35hr.

JESUS, Michele Maria. O Lúdico no Processo de Ensino-Aprendizagem na Educação Infantil. Disponível em: www.mackenzie.br/fileadmin/.../1o.pdf, 2011. Data 19/04/2013, 14:25hr.

OLIVER, Gabriella Chaves. A importância do Brincar na Educação Infantil. Pedagogia em Foco. Disponível em: www.pedagogiaemfoco.pro.br/edinf04.pdf, 2012. Data 09/05/2013, 21:15hr.

**CAPÍTULO III - A TRANSIÇÃO DAS BRINCADEIRAS COMO PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM (MAGALI
REGINA TREVISOL ANTONIOLLI)**

A TRANSIÇÃO DAS BRINCADEIRAS COMO PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

Magali Regina Trevisol Antonioli

RESUMO

O lúdico na educação infantil tem sido um dos instrumentos que fomentam um aprendizado eficiente para os educandos, a partir das técnicas que promovem o desenvolvimento das habilidades fundamentais das crianças durante tal processo. Apesar da contribuição dos estudos que deram suporte a esses entendimentos, faz-se necessário avançar neste campo do conhecimento. Nesse sentido, esse artigo tem a finalidade de compreender o processo de transição das brincadeiras como práticas pedagógicas para o ensino-aprendizagem, inserção da criança e das atividades lúdicas no contexto da educação infantil e os reflexos dessa prática em seu desenvolvimento global. Para tanto, realizou-se pesquisa de natureza bibliográfica e elencou-se assuntos pertinentes para esse entendimento. Desse modo, foram expostos fatos históricos relacionados ao tema, o lúdico na educação infantil, a importância do brincar, dentre outros pontos importantes. A partir de tais análises bibliográficas foi possível concluir que houve as brincadeiras com objetivo pedagógico favorecem o processo de ensino-aprendizagem e tornam o sujeito mais consciente de seu papel na sociedade.

Palavras-chave: Jogos. Brincadeiras. Crianças. Ensino-aprendizagem.

ABSTRACT

The play in early childhood education has been one of the instruments that foster efficient learning for students, using techniques that promote the development of children's fundamental skills during such a process. Despite the contribution of the studies that supported these understandings, it is necessary to advance in this field of knowledge. In this sense, this article aims to understand the process of transition of play as pedagogical practices for teaching-learning, insertion of children and playful activities in the context of early childhood education and the reflexes of this practice in its global development. Therefore, a bibliographic research was conducted and relevant subjects for this understanding were listed. Thus, were exposed historical facts related to the theme, the playful in early childhood education, the importance of playing, among other important points. From these bibliographical analyzes it was possible to conclude that there were the games with pedagogical objective favor the teaching-learning process and make the subject more aware of their role in society.

Keywords: Games. Games. Children. Teaching-learning.

INTRODUÇÃO

Os espaços e tempos modernos constituíram-se pelas intensas mudanças na organização social, política, cultural e econômica da sociedade, desta forma, desenvolver discussões sobre a educação é uma tarefa complexa, uma vez que um grande número de variáveis está envolvido no processo (SOUZA et al., 2009).

Pesquisas relacionadas a educação infantil (espaço, tempo, gênero, culturas infantis, metodologias, brincadeiras, etc.), são consideradas recentes, pois, tiveram início na década de 1990 (ROCHA, 1999). Desta forma, se faz necessário desvendar novas proposições neste debate, bem como a emergência da análise de novas categorias de investigação do universo infantil com vistas à consolidação de uma pedagogia da infância (SOUZA et al., 2009).

As brincadeiras estão presentes em todas as manifestações sociais e pessoais do ser humano desde os tempos mais remotos. O momento da brincadeira possui grande importância na infância, contribuindo para o desenvolvimento do potencial integral da criança, proporcionando oportunidades de socialização, afetividade e um encontro com seu próprio mundo, descobrindo-o de maneira prazerosa (CADORIN; MORANDINI, 2014).

Esta temática vem sendo estudada por pedagogos, psicólogos, filósofos entre outros interessados nos benefícios desta atividade no processo de construção do conhecimento, buscando informações sobre atividades didáticas variadas que despertem e desenvolvem as crianças. Diferentes abordagens, às vezes até contraditórias, representam ferramentas importantes para uma melhor compreensão sobre o fenômeno, pois a multiplicidade de olhares, por sua vez, pode também ser complementar, contribuindo para uma visão da totalidade que envolve a singularidade do jogo, da brincadeira e do brinquedo (VOLPATO, 2018).

Apesar da contribuição dos estudos que deram suporte a esses entendimentos, faz-se necessário avançar neste campo do conhecimento (VOLPATO, 2018), levando em consideração que o jogo é uma forma de expressar e comunicar ao outro nossas emoções, sensações, objetivos e propósitos.

Com o exposto, este trabalho teve como objetivo analisar e compreender o processo de transição dos jogos e brincadeiras como práticas pedagógicas

no processo ensino–aprendizagem, bem como verificar seus benefícios nesse período tão significativo e delicado que é a infância.

Para o cumprimento do objetivo da pesquisa foram realizados procedimentos bibliográficos e de levantamento (GIL, 2002). O presente trabalho consiste em um estudo de revisão bibliográfica, podendo ser classificado como qualitativo, descritivo explicativo, com base em dados secundários. Para a realização das pesquisas foram utilizados como critérios de inclusão: Artigos apresentados com texto na íntegra; escritos em português ou inglês, que contenham as palavras chaves: Jogos, brincadeiras, ludicidade, criança, educação e ensino-aprendizagem. Como critério de exclusão foram considerados: artigos repetidos, artigos não acessíveis em texto completo, resenhas e anais de congresso. Levando em consideração que o presente trabalho se trata de uma revisão bibliográfica que aborda fatos histórico, não foi considerado período de análise como critério de exclusão para a pesquisa.

DESENVOLVIMENTO

Evolução dos Jogos e Brincadeiras para o mundo infantil

Na sociedade antiga, o trabalho não tinha o valor que lhe atribuímos há pouco mais de um século. Não ocupava tanto tempo do dia, tampouco tinha tanta importância na opinião comum. Em contrapartida, os jogos e os divertimentos eram um dos principais meios de que dispunha a sociedade para estreitar seus laços coletivos e se sentir unida. Isso se aplicava a quase todos os jogos, e esse papel social era evidenciado principalmente em virtude da realização das grandes festas sazonais e tradicionais previstas em datas fixas no calendário. As crianças e os jovens participavam das atividades juntamente com os adultos e desempenhavam um papel reservado pela tradição (VOLPATO, 2018).

Adultos, jovens e crianças se misturavam em toda a atividade social, ou seja, nos jogos e nas brincadeiras, no exercício das profissões e nas tarefas diárias, no domínio das armas, dentre outras. Havia certa indeterminação em

relação à idade. Essa confusão, que parecia passar despercebida, era um dos traços mais característicos da antiga sociedade (KISHIMOTO, 2017). Neste período os trabalhos eram comunitários com o intuito de suprir as necessidades momentâneas a fim de garantir a sobrevivência dos indivíduos. Desta forma, os trabalhos eram realizados com muita alegria e as atividades religiosas, culturais e artísticas tomavam a maior parte do tempo deste povo, como aponta Redim (1999, p.58):

O trabalho e o jogo tinham sempre caráter comunitário: todos trabalhavam, todos jogavam independentemente de idade sexo ou hierarquia. (...) Com a idade moderna, os espaços e os tempos começaram a ser divididos: em espaços específicos e tempos específicos.

A partir do aparecimento dos conceitos sobre classes sociais e diferenças de faixas etárias, os deveres e o lazeres passaram a ser divididos, os jogos comunitários foram reduzidos e os adultos e as crianças passam a realizar suas recreações separadamente. Straub (2003) afirma que os brinquedos passaram a fazer parte do mundo infantil ao serem abandonados pelos adultos, que anteriormente jogavam junto com as crianças. Passando a existir jogos para crianças e jogos para adultos, segundo seus diferentes significados sociais.

O jogo de adulto era visto, para alguns autores, como uma forma de descanso e lazer, possibilitando uma distração e descanso das rotinas cotidianas, porém, nem sempre era animado (VOLPATO, 2018).

O trabalho provoca sempre esforço e cansaço. Aí está porque é necessário, quando se buscam os prazeres, atentar para o instante próprio para deles fazer uso, como se apenas se desejasse usá-los a título de remédio. O movimento que o exercício transmite ao espírito livra-o e descansa-o pelo prazer que lhe confere (ARISTÓTELES, 1966, p. 159).

Já o jogo para a criança era cheio de energias, com atividades espontâneas com regras escolhidas pelos jogadores, ou obstáculos que deveriam ser superados. A função era promover a quem jogava o enriquecimento da personalidade. Isso acontecia quando a criança firmava suas forças em uma determinada tarefa para obter êxito (DIAS, 2013).

Ao contextualizar historicamente os jogos e brincadeiras e sua relação com a criança, de acordo com Straub (2003), as mudanças ocorridas sobre a concepção da infância trouxeram consigo mudanças em relação aos jogos e brincadeiras que passaram a ser direcionados para a educação das crianças, sendo que as brincadeiras que não atingiam tal objetivo eram consideradas ruins e foram proibidas. Porém, as crianças ainda brincavam imitando o mundo adulto, assim notamos que a relação do mundo adulto e das brincadeiras continuam interligados.

Jogos e Brincadeiras como instrumento de educação

Antes da revolução romântica os jogos e brincadeiras eram vistos como um momento do tempo escolar que não é consagrado à educação, mas ao repouso necessário antes da retomada do trabalho (BROUGÈRE, 1998; WAJSKOP, 2007). O jogo era visto como uma atividade de relaxamento, não podia ter um valor próprio, era uma forma de espairecer para voltar ao trabalho, não tinha valor educativo.

Segundo Kishimoto (2008), no século XVI, um nobre militar passava a utilizar os jogos de forma educativa para auxiliar no ensino do seu exército. Os exercícios físicos foram reabilitados e os jogos como o baralho, por exemplo, adquiriram, nesta época, uma função educativa por serem adaptados para tal. No século XVII a expansão de jogos didáticos continuava passando a auxiliar na compreensão da matemática, geografia entre outros. Com o término da Revolução Francesa, no século XIX, multiplicaram-se os estabelecimentos responsáveis pela educação da criança. Desta forma os jogos passaram a fazer parte da história, vindo com a inovação pedagógica.

Dessa forma, os jogos educativos começaram a se multiplicar e, com os jesuítas, ganharam mais força, pois eles acreditavam que os jogos eram importantes para a educação, tanto para desenvolver o físico quanto a inteligência (VOLPATO, 2018).

Em tempos mais recentes foi encontrada uma relação entre jogos e educação, onde o jogo seria usado como meio atrativo para as crianças à aprendizagem, pois “o jogo é um meio, um suporte para seduzir a criança;

deve-se evitar desencoraja-la com estudos inadaptados à sua idade” (BROUGÈRE; RAMOS, 1998, p. 55). Tratavam o jogo como uma maneira camuflada de ensinar, para que as crianças não entendessem o que estavam fazendo como uma obrigação ou trabalho, mas sim para que as mesmas se interessassem.

Junto com essas relações feitas do jogo com a educação surgiram críticas onde aparecia o medo de que essas atividades de jogos e brincadeiras influenciassem na vida dessas crianças de forma a induzi-las ao mundo dos jogos, do jogo por dinheiro.

A partir daí os professores passaram a propor a seus alunos exercícios divertidos mais próximos a realidade existente. As crianças não deixavam de jogar, mas como nos diz Bougère (1998, p. 56), “a criança jogará muito, mas seus jogos deverão, ao mesmo tempo, servir para exercitar sua inteligência e para facilitar seus estudos”. Então passaram a ver jogos como uma atividade lúdica educativa supervisionada pelos professores, que segundo Brougère (1998, p. 57):

Trata-se, para o educador, de controlar o conteúdo do jogo de modo que permita a criança adquirir conhecimentos relevantes neste ou naquele momento. O jogo não é senão uma forma, um continente necessário tendo em vista os interesses espontâneos da criança; porém não tem valor pedagógico em si mesmo. Tal valor está estritamente ao que passa ou não pelo jogo. Ao pedagogo cabe fornecer um conteúdo, dando-lhe a forma de um jogo, ou selecionar entre os jogos disponíveis na cultura lúdica infantil aqueles cujo conteúdo corresponde a objetivos pedagógicos identificáveis.

Neste contexto nota-se que o jogo passou a ser visto como uma atividade educativa, quando bem orientado por um professor, podendo ser utilizado para relaxamento, seguido de mais atividades intelectuais, entre outros. Esses olhares voltados para a criança possibilitaram uma nova visão sobre os jogos com relação professor e aluno, auxiliando no processo ensino-aprendizagem (HÜTHER, 2017).

Ludicidade: Seu Papel na Educação

A palavra lúdica vem do latim ludus e significa brincar. A atividade lúdica surgiu como nova forma de abordar os conhecimentos de diferentes formas e

também uma atividade que favorece a interdisciplinaridade. O lúdico é reconhecido como elemento essencial para o desenvolvimento das várias habilidades em especial a percepção da criança. A ludicidade como ciência se fundamenta sobre os pilares de quatro eixos de diferentes naturezas, isto é, sociológica, psicológica, pedagógica e epistemológica (SANTOS, 2012).

Platão, um dos maiores pensadores da Grécia Antiga, assegurava que os primeiros anos da criança deveriam ser ocupados com jogos educativos, praticados em comum pelos dois sexos. O jogo e a cultura intelectual deveriam caminhar juntos na formação da personalidade, assim como, introduzir também uma prática matemática lúdica (VOLPATO, 2018).

Freire (2006), nos adverte que boa parte das descrições sobre o desenvolvimento infantil referem-se aos atos de pegar, engatinhar, sugar, andar, correr, saltar, gritar, rolar e assim por diante, movimentos observados em quase todas as crianças. Dessa forma entende-se que o desenvolvimento infantil é resultado da própria atividade da criança, que não para de estruturar e reestruturar suas próprias experiências, de construir o mundo na medida em que o reconhece.

[...] por intermédio do jogo, que evidentemente se mobiliza a cognição, desenvolvem-se na criança inteligência e personalidade, proporcionando-lhe fundamentos para a construção do conhecimento (MIRANDA, 2001 p. 51).

Neste sentido, Bassedas et al. afirmaram que brincar ajuda a criança a ajustar-se não só no ambiente físico mais também ao meio social. Com base no exposto, é possível afirmar que as crianças constroem seu conhecimento através de sua interação com o meio físico e social, sendo que, cada nova aquisição serve de suporte para as aquisições subsequentes, segunda a teoria de aprendizagem significativa de Ausubel (apud SILVA, 2007).

A construção do sujeito consiste na prática da liberdade, como evidencia Freire (1991, p.12): “Estou convicto de que só é possível aprender no espaço da liberdade”. A criança aprende mais quando ensinada de forma que ela possa participar, de expor suas ideias, criticar, sugerir algo para ser investigado. Não se pode esquecer que o conceito de liberdade de Freire é um convite a uma aprendizagem cuja cultura permita a satisfação de existir no

mundo e com o mundo. Segundo Freire (1991, p. 13), “[...] negar a cultura infantil é, no mínimo, mais uma cegueira do sistema escolar”, o corpo não deve ser interpretado como algo que atrapalha.

Levando em consideração que a maior parte da infância é gasta brincando, seja inventando, reproduzindo, imitando ou seguindo regras de brincadeiras prontas, o valor educativo dessas brincadeiras torna-se obvio, na medida em que elas ensinam as crianças a respeito do mundo em que vivem (KISHIMOTO, 2002, p. 99). A partir das brincadeiras as crianças aprendem e fixam na memória e em hábitos, muito mais do que se só assistissem as aulas e a vida de forma imóvel. Segundo a autora os jogos imitativos são muito importantes para que a criança passe a observar seu meio e os fatos relevantes para seu desenvolvimento (DIAS, 2013).

Devemos considerar que há algo de essencial no brincar para o desenvolvimento humano. Através dele, os sujeitos interagem uns com os outros, experimentam e ressignificam o mundo, criam e imaginam, exteriorizam seus afetos, constroem e integram valores e costumes às suas vidas, brincam de vir a ser (CINTRA, 2015, p.12).

Ainda segundo Cintra (2015), a característica interdisciplinar das atividades que envolvem a ludicidade (universo dos brinquedos, da música, dos livros, dos filmes/desenhos animados/vídeos infantis, do teatro etc.) represente um fator de suma importância para a formação cultural e o desenvolvimento do sujeito. Para o entendimento de tal questão é necessário compreender que durante a brincadeira as crianças estão pensando, refletindo, buscando, explorando, construindo e reconstruindo, simbolizando e dando outros sentidos ao mundo que a cerca (momento de experimentação, criação e significação dos costumes, crenças, valores). É tempo e espaço de troca, de partilhas com o grupo, sendo também, contudo, momento no qual o sujeito desempenha papel principal na peça que criou ou escolheu, protagoniza sua história imaginária.

Os jogos constroem regras, por sua vez, permitem a adaptação de ações individuais à coerência e as regras do grupo, bem como o respeito as diferenças que são pré-requisitos para a convivência harmoniosa entre indivíduos, despertando positivamente o sentimento moral e social da criança,

tornando-a dinâmica, respeitando e entendendo regras assimilando a realidade (SILVA et al., 2019).

A existência de regras em todos os jogos é uma característica marcante. Há regras explícitas, como no xadrez ou amarelinha, regras implícitas como uma na brincadeira de faz de conta, em que a menina se faz passar pela mãe que cuida da filha. São regras internas, ocultas, que ordenam e conduzem a brincadeira. (KISHIMOTO, 1996, p. 24)

Ainda para Khishimoto (1996) as atividades lúdicas são também uma forma de socialização que prepara a criança para convivência na fase adulta. Jogando a criança prepara hipóteses para resolver problemas e tomar atitudes, comportando-se de acordo com sua idade, buscando alternativas para transformar a realidade, satisfazendo suas necessidades presentes. A partir das brincadeiras a criança constrói seus valores, desperta para a socialização e para que haja socialização é indispensável à convivência, e como este fato se dá com coleguinhas da mesma idade do mesmo nível intelectual é importante que o jogo tenha participação em situações escolares.

Straub (2010) relata que as crianças buscam a superação de si e dos colegas, este fato fica muito nítido nas atividades que envolvem brincadeiras, pois as crianças dão ideias, e tentam resolver problemas que elas mesmas criam de maneira criativa e divertida. Desta forma, percebe-se que a criança ao notar seu progresso, ou dar sentido para alguma atividade, passa a sentir prazer no ato de aprender, assim “a liberdade, permitida à criança dentro da forma ativa e educação, constitui um fator positivo para o desenvolvimento intelectual e moral da mesma” (KISHIMOTO, 2002, p. 102).

É possível aproximar as falas acima com o que nos diz Cória (2004), quando este ressalta a importância de considerar as crianças na individualidade, pois se um mesmo objeto ou jogo for dado para crianças em níveis intelectuais de desenvolvimento diferenciados cada uma vai explorá-los à sua maneira de acordo com as suas necessidades e curiosidades. Desta forma, nota-se a importância do lúdico como estratégia no processo ensino-aprendizagem, a partir do universo de experiências dos alunos para que seja significativa e que as crianças possam se envolver nas atividades de maneira autônoma.

Importância do Educador para a eficiência da ludicidade na educação

Educar não se limita a repassar informações ou mostrar apenas um caminho, aquele considerado o mais correto pelo professor, mas possibilitar a tomada de consciência de si mesmo, dos outros e da sociedade. É saber aceitar a si mesmo e o outro como pessoa, oferecendo várias ferramentas para que o ser humano possa escolher entre muitos caminhos, aquele que for compatível com seus valores, sua visão de mundo e com as circunstâncias adversas que cada um irá encontrar (MOURA, 2011).

Neste contexto, o professor, ao estudar a ludicidade em seus aspectos teóricos e práticos, terá a possibilidade de utilizá-la como ferramenta pedagógica voltada ao processo ensino-aprendizagem. Para que isso ocorra de forma eficaz, é necessário que a ludicidade, em suas funções lúdicas e educativas, seja repensada constantemente pelo educador, observando as necessidades e interesses de seu grupo de educandos, a reflexão sobre o que faz, por que faz e a relação com os diferentes instrumentos pedagógicos e as várias linguagens utilizadas (RAU, 2011).

Ainda segundo Rau (2011), a reflexão do educador poderá apontar caminhos que atendam às exigências das novas exigências perante o sistema de educação. O lúdico utilizado pelo professor dentro da sala de aula torna-se, então, um meio para a realização dos objetivos educacionais, e o aluno, ao praticá-lo, não se limita a sua ação livre, iniciada e mantida pelo prazer da brincadeira, mas participa ativamente do processo de construção do conhecimento.

Santos (2011) afirma que o professor representa a peça principal do processo ensino-aprendizagem envolvendo a ludicidade, devendo ser considerado como um elemento essencial e de fundamental importância. Quanto maior e mais rica for sua história de vida e profissional, maiores serão as possibilidades de desempenhar uma prática educacional consistente e significativa. Não se quer dizer, com isso, que o professor seja o único responsável pelo sucesso ou insucesso do processo educativo, o entanto, é de suma importância sua ação como pessoa e como profissional.

Ao brincar a criança não pensa na aquisição do conhecimento, o que realmente importa é a brincadeira em si. Desta maneira nota-se a importância dos estímulos externos que conduzirão a brincadeira e farão com que ela seja produtiva e proporcione aprendizagem (MIRANDA, 2001).

O educador tem função mediadora no processo de desenvolvimento infantil (psíquico e intelectual). Visto sob esse prisma, é possível pensar que a partir de brinquedos/jogos já existentes (atuais ou não), o adulto pode transformá-los, juntamente com a (s) criança (s), em outras formas de brincar. Através de propostas de diferentes brincadeiras e jogos, sem demarcações de papéis ou funções, possibilita-se um enriquecimento do universo lúdico da criança e também do adulto (JORGE, 2006, p.16).

Os jogos quando empregados com objetivos definidos possibilitam o aprendizado, de maneira prazerosa. Com a aprendizagem e do domínio das habilidades obtidas e o raciocínio utilizado a criança tem a possibilidade de redimensionar sua relação com as situações de aprendizagem com seu desejo de buscar novos conhecimentos. Aprende também a lidar com a frustração do não saber, a ganhar e a perder, restabelecendo confiança em si mesma, com desejo de aprender.

A criança aprende de acordo com o meio em que está inserida. Então, se o meio transmitir maus hábitos é mais difícil corrigir, pois através das brincadeiras a criança fixa com maior facilidade. Segundo a autora (KISHIMOTO, 2002, p. 99), o professor pode evitar esses hábitos indesejáveis, usando como parte do processo ensino-aprendizagem as mesmas brincadeiras que as crianças usam fora da escola, para isso é necessário que se tenha diálogo, desta forma vai ser possível oferecer para as crianças ideias corretas sobre a vida.

As atividades pensadas a partir da realidade da criança agregam maior aprendizagem se tratadas de maneira expressiva, para que se construa o conhecimento a criança deve compreender qual a utilidade do que se pratica para o mundo em que vive. Não cabe ao professor impor para as crianças uma forma de pensar e agir, mas sim proporcionar a elas boas influências. No contexto escolar o jogo/brincadeira deve ser coordenado pelo professor que fará intervenções necessárias para desenvolver seu planejamento e concretizar

a aprendizagem, ligada aos conhecimentos que se pretenda desenvolver, sejam cognitivos, motores ou afetivos (RAU, 2011).

Todas as atividades devem ser antecipadamente planejadas e vigiadas pelos professores para que faça parte do processo ensino-aprendizagem, aguçando o interesse das crianças, orientando-as a descobrir as soluções para os problemas que o jogo oferece. Cória (2004) defende a importância da cooperação do educador para o desenvolvimento dessas atividades, assim as interações caminham na direção correta.

Para utilizar jogos no dia-a-dia, é preciso que o educador seja criativo. Não é necessária a utilização de materiais caros que, muitas vezes, não tem muita utilidade pedagógica. A final, as relações de aprendizagem também dependem da maneira como os materiais são utilizados, do “espírito” do professor em contribuir para o processo ensino-aprendizagem. Penso, nessa medida, na existência do sujeito de Freire (2006, p. 47) quando diz que:

(...) ensinar não é transmitir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua própria produção ou a sua construção. Quando entro em uma sala de aula devo estar aberto a indagações, a curiosidade, às perguntas dos alunos, as suas inibições; um ser crítico e inquiridor, inquieto em face da tarefa que a tenho de ensinar e não a de transferir conhecimento.

Entre outros objetivos, a escola tem o de socializar o aluno para que ele exerça seu papel na sociedade, neste contexto nota-se que a escola deveria proporcionar ao aluno uma educação mais liberal, com momentos de mobilidade e outros de imobilidade, fazendo com que as duas situações sejam prazerosas para a criança despertando o interesse da mesma, pois obrigá-la a ficar imóvel

[...] seria o mesmo que pegar um professor idoso que a muito deixou de praticar atividades físicas, a não ser as mais triviais, e obrigá-lo a correr por alguns quilômetros em ritmo acelerado [...] não é à toa que os pequenos que entram na escola passam os primeiros tempos, até adaptarem-se cansados, dormem mais cedo, preocupados: Claro está acontecendo algo de muito estranho para eles (FREIRE, 1991, p. 12).

Neste contexto, Santos (2012) afirma que cabe ao educador criar um ambiente que reúna os elementos de motivação para as crianças, com atividades conceituais e lúdicas que proporcionam conceitos que preparam

para a leitura, para os números, conceitos de lógica que envolve classificação, ordenação, dentre outros. Considerando a abrangência desses aspectos onde teoria e prática se encontram, fica claro de que o professor deve intervir usando a criatividade para obter bons resultados, lembrando sempre que a utilização do jogo requer uma organização prévia e avaliação constante (CÓRIA, 2004).

CONCLUSÃO

No transcorrer do presente trabalho foi realizada reflexões sobre a história, a ludicidade na prática docente e a sua influência na aprendizagem da criança, onde as pesquisas afirmam que existem grande importância da incorporação de atividades lúdicas para o desenvolvimento do educando, pois para estes brincar representa uma forma natural de interagir com o meio e aprender diferentes facetas multidisciplinares.

Os jogos e brincadeiras são ferramentas fundamentais no fazer didático do professor, porém, as relações de aprendizagem também dependem da maneira como os materiais são utilizados, do “espírito” do professor em contribuir para o processo ensino-aprendizagem. Pensar a ludicidade como ciência, é antes de tudo, adotar estratégias de intervenção pedagógica que possibilite não apenas oferecer e oportunizar momentos lúdicos, mas realizar interpretações do valor que os educandos atribuem a estes momentos.

Assim, é imprescindível que o educador se revele como um mediador, utilizando uma metodologia que contemple a brincadeira, a imaginação e o jogo como fator de aprendizagem, valorizando o tempo em que a criança se encontra, sob uma ótica que considera a análise da forma de como os homens se relacionam com os meios de produção e como a sociedade se organiza a partir de suas relações e contradições, pois não temos como analisar a criança descontextualizada do meio em que ela vive. Portanto, torna-se fundamental que sejam propostas as brincadeiras como forma de se conseguir tanto o aprendizado, como o desenvolvimento das crianças

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. A política. Trad. Torrieri Guimarães. Rio de Janeiro: MEC, 1966.
- BASSEDAS, Eulália; HUGUET, Teresa; SOLÉ, Isabel. Aprender e ensinar na educação infantil. Artmed Editora, 2016.
- BROUGÉRE, Gilles. Jogo e educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- BROUGÉRE, Gilles; RAMOS, Patricia Chittoni. Jogo e educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- CADORIN, Caroline Tonin; MORANDINI, Luciana Pandolfi. Olhar psicopedagógico na prática da ludicidade. Revista de Educação do IDEAU, v. 9, n. 20, p. 01-13, 2014.
- CINTRA, Rosana Carla Gonçalves Gomes. Ludicidade e prática docente na educação da criança: estado da arte. REVISTA ELETRÔNICA PESQUISEDUCA, v. 6, n. 11, p. 84-96, 2015.
- CÓRIA, Sabini, Maria Aparecida, LUCENA, Regina Ferreira. Jogos e Brincadeiras na Educação Infantil. Campinas-SP: Papyrus, 2004.
- DIAS, Elaine. A importância do lúdico no processo de ensino-aprendizagem na educação infantil. Revista Educação e Linguagem, v. 7, n. 1, p. 1-16, 2013.
- FREIRE, João Batista. *Educação de Corpo Inteiro*. São Paulo: Scipione, 1991.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2006.
- GIL, A. C. Como elaborar projeto de pesquisa. 4º ed. São Paulo, Atlas S/A, 2002.
- HÜTHER, Sabrina Fabiola. Jogando com a história: diferentes possibilidades de aprendizagem. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História), Centro Universitário Univates, Lageado, 2017.
- JORGE, A. S. Ludicidade e educação infantil. Revista Avesso do Avesso, vA. n.4, p.74 - 99, 2006.
- KISHIMOTO, Tizuko M. O brincar suas teorias. São Paulo: Pioneira, 2002.
- KISHIMOTO, Tizuko M. O jogo e a educação infantil. São Paulo: Pioneira, 2008.

KISHIMOTO, Tizuko M. Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. Cortez editora, 2017.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. São Paulo: Cortez, 1996.

MIRANDA, Simão de. Do Fascínio do Jogo á Alegria do Aprender nas Séries Iniciais. Campinas-SP, Editora Papyrus, 2001.

MOURA, Guiomar Reis. Jogos e o Lúdico na intervenção das" dificuldades de aprendizagem e aquisição da escrita na alfabetização". Revista Eduf. tima, v. 2, n. 1, 2011.

RAU, M. C. T. D. A ludicidade na educação: uma atitude pedagógica. 1 ed. p.249. Curitiba: ibpex, 2011.

REDIM, Euclides. O espaço e o tempo da criança: se der tempo a gente brinca. Porto Alegre: Mediação, 1999.

ROCHA, E. A. C. A pesquisa em educação infantil: Trajetória recente de consolidação de uma pedagogia da educação infantil. Florianopois: UFSC. Centro de Ciencias da Educação, Núcleo de Publicações, 1999.

SANTOS, J. O. O lúdico na Educação Infantil. Campina Grande: Realize, 2011.

SANTOS, J. S. O lúdico na educação infantil. Fórum internacional de pedagogia. Campina Grande, REALIZE Editora, 2012.

SILVA, Antonia Pereira. A importância dos jogos / brincadeiras para a aprendizagem dos esportes nas aulas de educação física. 2007. Dissertação (Especialização em Esporte Escolar), Programa de Capacitação Continuada em Esporte Escolar do Ministério do Esporte, São Luiz, MA, 2007.

SILVA, Francisco Sousa et al. As contribuições dos jogos e brincadeiras no processo de ensino-aprendizagem/The contributions of games and jobs in the teaching-learning process. Brazilian Journal of Development, v. 5, n. 5, p. 3820-3833, 2019.

SOUZA, A. F. L.; TUSSI, D.; BERTICELLI, I. A. Disciplina na educação infantil? um olhar sobre o espaço físico e o disciplinamento da criança. Revista Pedagógica, v. 11, n. 23, p. 226-251, 2009.

STRAUB, José Luiz. Infância e brincadeiras: reciprocidade produzida no contexto escolar e fora dele. Sinop: UNEMAT, 2003.

STRAUB, José Luiz. Infâncias e Brincadeiras: Culturas que governam. Cáceres - MT: UNEMAT, 2010.

VOLPATO, Gildo. Jogo, brincadeira e brinquedo: usos e significados no contexto escolar e familiar. 2. ed., 231 p. São Paulo: Annablume, 2018.

WAJSKOP, Gisela. Brincar na pré-escola. 7. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

CAPÍTULO IV - A APRENDIZAGEM DA CRIANÇA HIPERATIVA (ANA REGINA DE ALMEIDA SAMPAIO; FRANCIELLE DOS SANTOS; JOANA SOUSA VILELA; MARLI FRANCISCO SAMPAIO)

A APRENDIZAGEM DA CRIANÇA HIPERATIVA

Ana Regina de Almeida Sampaio

Francielle dos Santos

Joana Sousa Vilela

Marli Francisco Sampaio

RESUMO

Este artigo fara uma análise que tenta descobrir quais são as causas para tais comportamentos, comportamentos esses que são entendidos como Hiperatividade, desatenção e impulsividade. O objetivo deste trabalho é conceituar e também definir quem é a criança hiperativa, fazendo uma pesquisa geral sobre a hiperatividade e suas consequências, alertando para a conclusão do diagnóstico. Uma visão que é compartilhada por vários autores teóricos, como por exemplo: Brandão (1983, p. 198), para diagnosticar a hiperatividade é necessário verificar os seguintes sintomas comportamentais: “Incapacidade de ficar quieto, distração fácil por estímulos irrelevantes, impaciência, total desatenção a perguntas e em tarefas, desobediência, impulsividade, tendência excessiva às manifestações verbais e um déficit auditivo aparente.” Conforme Brandão (1983), nem sempre a hiperatividade vai estar ligada ao distúrbio de atenção; são independentes, podendo ocorrer individualmente. O autor pontua que “a atenção é nome dado ao caráter direcional e à seletividade dos processos mentais organizados” (Brandão, 1983, p. 200). Para esse autor, os hiperativos têm histórias semelhantes, são em geral frutos de uma gravidez difícil e a cada quatro crianças hiperativas, surge uma menina.

Palavras-chave: Hiperatividade. Aprendizagem. Criança. Professor.

I. INTRODUÇÃO

Este trabalho procura definir o conceito de hiperatividade, assim como; suas características, classificação, diagnóstico, a diferença e a hiperatividade entre meninos e meninas e diferente intervenções e acompanhamento para as crianças.

Neste contexto o objetivos para este trabalho facilitar o convívio aluno-professor diante de um quadro de hiperatividade, permitir ao educador a identificação das características do comportamento do hiperativo, encontrar a forma correta para auxiliar a criança hiperativa, permitir ao professor distinguir

um comportamento hiperativo de um outro distúrbio de atenção, conscientizar os pais a lidarem com o problema do filho hiperativo de um modo mais adequado tornando-os parceiros do professor e analisar a razão de um mau rendimento escolar do hiperativo, tendo em vista que o nível intelectual deles, na maioria das vezes, apresenta-se normal.

Porém a razão de ser desta pesquisa foi que, tendo em vista o crescente número de crianças hiperativas na sala de aula e a problemática sofrida pelo professor, acredita-se na possibilidade de minimizar tais dificuldades decorrentes da relação professor-aluno e deste com os demais colegas que tem um convívio, mas próximo.

O hiperativo dispersa a atenção da turma devido ao seu comportamento irrequieto, exigindo assim do professor uma atenção especial, muitas vezes dificultada pelo excesso de alunos sob sua responsabilidade e sem um conhecimento maior sobre o assunto.

Partindo-se de uma ação didática-pedagógica mais envolvente na qual seja valorizada a afetividade, percebe-se ser possível contornar os problemas de aprendizagem e de comportamento social da criança hiperativo.

Também o despreparo do educador inibe uma aprendizagem mais eficaz por parte do hiperativo, já que o mesmo necessita de estímulos especiais capazes de prender sua atenção nas atividades desenvolvidas em sala de aula e fora.

O tema foi escolhido com o a finalidade de fazer o leitor pensar sobre a hiperatividade, uma vez que uma boa parte das pessoas tem o conceito errado sobre o assunto. A intenção é de contribuir para a construção correta e adequada do tema e ajudar nas futuras relações dessas crianças com seus amigos e professores.

CONHECENDO A HIPERATIVIDADE

A Hiperatividade é um assunto de preocupação na educação, pois a criança Hiperativa não consegue um desenvolvimento adequado na aprendizagem, se familiares, professores não se interessarem e atentarem

para o problema que parece simples e relevante, e se não tiver o diagnóstico precoce e os devidos tratamentos pode ser um grande fracasso na vida educacional de uma criança.

Portanto o TDAH é um transtorno com forte componente genético, por isso é muito comum vermos várias pessoas de uma mesma família com esse transtorno, quando se diagnostica uma criança. Por ter conotação genética, a Hiperatividade reforça a ideia de que é um transtorno hereditário, apresentando outras ideias sobre possíveis causas deste transtorno, uma delas seria a hiperatividade como disfunção orgânica, pois envolve diversas áreas do cérebro na determinação do quadro do hiperativo.

Nesse sentido é preciso ficar atento para os movimentos de cada aluno em sala de aula, pois o professor é a pessoa mais próxima da criança, e poderá observar cada comportamento e atitude desse aluno, para poder distingui-lo do TDAH ou indisciplina e poder encaminhá-lo para uma possível avaliação e acompanhamento psicopedagógico. As crianças hiperativas são capazes de aprender, mas encontram dificuldades no desempenho escolar devido ao impacto que os seus sintomas causam.

Sendo assim a identificação da idade em que aparecem os sintomas é muito importante, pois tem início precoce e habitualmente dos seis ou sete anos de vida já pode ser percebido pelos pais quando a criança começa a enfrentar os desafios no convívio com outras crianças, pessoas com TDAH geralmente apresentam o mesmo comportamento na escola e também em casa. Algumas características de uma pessoa portadora do TDAH serão apresentadas a seguir tais como:

Não consegue se concentrar em palestras, aulas, leitura de livros; demonstra dificuldades em terminar um livro, a não ser que seja muito interessante; fala excessivamente; gesticula e tem dificuldades em realizar atividades em silêncio; parece não ouvir quando o chamam e muitas vezes são interpretados como egoístas e desinteressados.

Pois o mesmo quando participa de uma conversa pode distrair-se e prestar atenção em outras coisas, principalmente quando está em grupos. Às vezes capta apenas partes do assunto ou enquanto "ouve" já está pensando em outra coisa. Demora muito para iniciar uma tarefa que exija longo esforço

mental, possui dificuldade em seguir instruções, em iniciar, completar e só então, mudar de tarefa, muitas vezes são chamados de irresponsáveis o que dificulta o tratamento.

As crianças hiperativas são desorganizadas com objetos como: mesa, gavetas, arquivos, papéis e etc. Não conseguem fazer o planejamento do tempo, apresenta problemas de memória em curto prazo: perde ou esquece objetos, nomes, prazos, datas. Quando está falando, pode ocorrer um "branco" e a pessoa esquecer o que ia dizer. São desassossegadas e que não permanecem sempre nas mesmas atividades, só conseguem permanecer quietos quando estão dormindo. Podem demonstrar excesso de movimentos sem motivos para a realização de uma tarefa, como ficar mexendo os pés e as pernas, dar tapinhas nas coisas, balançar-se quando estão sentados ou mudar de posição ou postura enquanto estão realizando algumas tarefas que possa aborrecê-los.

Outra característica de quem apresenta um quadro de TDAH na escola é a falha na produção da escrita, tanto no seu aspecto gráfico, quanto no ortográfico, dificuldade para compreender, interpretar e produzir textos esquece instruções, direções e lições, memoriza com muita dificuldade as informações, muitas vezes distrai-se com seus próprios devaneios.

Portanto existem casos em que as crianças podem se mostrar completamente desatentas, desconcentradas, a viverem no mundo da lua, perdidas nos seus próprios pensamentos, não apresentarem nenhum comportamento agitados, são quietas demais, e mesmo sem apresentarem nenhum sinal de inquietação, essas crianças também podem ser consideradas portadoras do Transtorno do Déficit de Atenção.

A hiperatividade pode acontecer em muitos outros distúrbios psíquicos, não sendo, portanto, uma marca característica das pessoas portadora do TDAH. É muito importante observar com atenção tanto uma criança inquieta ao extremo como também a criança que fica quietinha no seu canto, que não fala e não participa das aulas como as demais crianças, pois muitas vezes o professor presta mais atenção somente naquele aluno que não para quieto e se esquece de observar aquela criança não se manifesta em sala de aula. Metade das crianças com TDAH seguirão tendo sintomas problemáticos de

desatenção ou impulsividade na idade adulta. Mas quando já estão adultos costumam ser mais capazes de controlar o comportamento e mascarar as dificuldades.

Vivemos em um mundo de diversidade e sabemos que ninguém é igual a ninguém, possuímos formas diferentes de lidar com a realidade e assim deparamos com as dificuldades do nosso dia a dia.

Existem vários distúrbios comportamentais parecidos ao TDAH, por isso somente um diagnóstico em conjunto entre neurologista, psicólogo, família e escola é que pode afirmar o problema, então é preciso saber agir, e identificar as seguintes características:

SINTOMAS DE DESATENÇÃO

A criança com hiperativa com sintomas de desatenção, apresenta grande facilidade para se distrair, seja com o que vê pela janela, alguém que passa pelo corredor, com o lápis do colega que cai no chão etc. Outra grande dificuldade dessa criança é controlar seu comportamento de sonhar acordado (distrai com seus próprios pensamentos), é muito difícil a criança portadora de TDAH prestar atenção em explicações longas e ou fixas atenção na leitura de parágrafos extensos. Sua atenção se desvia para outro foco em um curto espaço de tempo.

Nesse sentido a criança hiperativa deve apresentar pelo menos, seis das seguintes características:

- Não enxerga detalhes ou faz erros por falta de cuidado
- Dificuldade em manter a atenção
- Parece não ouvir.
- Dificuldade em seguir instruções
- Dificuldade na organização
- Evita / não gosta de tarefas que exigem um esforço mental prolongado
- Frequentemente perde os objetos necessários para uma atividade

- Distrai-se com facilidade
- Esquecimento nas atividades diárias.

HIPERATIVIDADE

A criança hiperativa pode ter dificuldade em ficar sentada, quieta, tem necessidade de se mover muito, fala excessivamente, bate nas crianças, provoca vários conflitos. É impulsiva e geralmente tem coordenação ou controle muscular pobre, deixa cair as coisas e frequentemente derruba o que está bebendo. Suas dificuldades motoras provocam uma pobre coordenação ocular-mental afetam a sua habilidade para relacionamentos interpessoais. As seguintes características da criança hiperativa.

- Hábito de se contorcer nos assentos e ter as mãos e os pés inquietos;
- Hábito de sair da carteira na sala de aula, ou em outras situações em que se espera que permaneça sentado;
- Fala excessiva.

IMPULSIVIDADE

A impulsividade é mais uma das características da criança hiperativa pois elas não esperam o professor terminar a perguntar para responder. Com frequência, acabam fornecendo respostas inadequadas ou incorretas. Passam ao tópico seguinte sem terminar o anterior construindo anotações confusas ou inacabadas. Portanto a impulsividade é definida se a pessoa apresenta seis das seguintes características:

- Inquietação, mexendo as mãos e os pés ou se remexendo na cadeira;
- Dificuldade em permanecer sentada;

- Corre sem destino ou sobe nas coisas excessivamente (em adultos, há um sentimento subjetivo de inquietação);
- Dificuldade em engajar-se numa atividade silenciosamente;
- Fala excessivamente;
- Responde a perguntas antes delas serem formuladas;
- Age como se fosse movida a motor;
- Dificuldade em esperar sua vez;
- Interrompe e se interrompe.

COMO O PROFESSOR DEVE LIDAR COM O HIPERATIVO

Para que o professor possa lidar com a criança hiperativo em sala de aula, foram desenvolvidas estratégias a serem praticadas com toda a turma beneficiadas, assim, tanto aos alunos portadores de TDAH quanto aos não portadores.

Tendo em vista uma forma eficaz para o desenvolvimento do aluno, o professor deve afastar o hiperativo de portas e janelas para evitar que se distraiam com outros estímulos; deixar perto de fontes de luz para que possam enxergar bem; o professor não deve falar de costas, mantenha sempre o contato visual; sempre que possível repetir ordens e instruções; falar frases curtas e peça ao aluno para repeti-las certificando-se de que ele entendeu.

Para que trabalho seja significativo o professor deve proporcionar um trabalho de aprendizagem em pequenos grupos e favorecer oportunidade sociais. Pois grande parte das crianças TDAH consegue melhores resultados comportamentais e sociais quando está no meio de grupos pequenos, estas crianças devem estar sempre em contato com os pais: o professor deve anotar no caderno do aluno as tarefas escolares, mande bilhetes diários ou semanais e peça aos responsáveis que leiam as anotações. Portanto quando o assunto é TDAH este aluno deve ter reforços positivos quando for bem-sucedido. Isso ajuda a elevar sua autoestima. Por isso procurar elogiar ou incentivar o que aquele aluno tem de bom e valioso;

Através de leituras a respeito da hiperatividade é possível destacar que Crianças hiperativas produzem melhor em salas de aula pequenas. Um professor para cada oito alunos é indicado; por isso o professor regente tem que proporcionar um ambiente acolhedor, demonstrando calor e contato físico de maneira equilibrada e, se possível, fazer os colegas também terem a mesma atitude; o professor deve ter um cuidado em reparar se a criança se isola durante situações recreativas barulhentas. Isso pode ser um sinal de dificuldades: de coordenação ou audição, que exigem uma intervenção adicional. O professor deve permanecer em comunicação constante com o psicólogo ou orientador da escola. Ele é a melhor ligação entre a escola, os pais e o médico.

Diante disso é muito importante que o professor tenha auxílio de um profissional de saúde mental para apoiar seu trabalho na escola, o que infelizmente não acontece. Além disso, é essencial que todos os docentes tenham ao menos uma noção básica da doença, que saibam reconhecer os sintomas e estejam preparados para as consequências em sala de aula. Com isso o professor deve saber diferenciar incapacidade de desobediência é fundamental.

COMO ATRAIR A ATENÇÃO E PARTICIPAÇÃO DO ALUNO HIPERATIVO

As crianças hiperativas têm dificuldade em prestar atenção e aprender. São impulsivas. Não param para olhar ou ouvir, devido à sua energia, tem infinita curiosidade e forte necessidade de expor, com isso o professor deve diminuir o tempo da fala, sinalizar os alunos através da audição: bata palmas, toque um acorde de piano violão, usar um sinal verbal. Usar sinais visuais: pisque as luzes, levante as mãos indicando que os alunos levantem as mãos e fechem a boca até que todos estiverem quietos e atentos.

Outra questão importante é o contato com os olhos. Os alunos devem estar virados para você quando você está falando, especialmente quando instruções estão sendo dadas, chamar o aluno para perto de você para explicação direta. Usar recursos visuais. Escreva palavras-chave ou figuras no

quadro enquanto estiver explicando. Ilustre, ilustre, ilustre: não importa se você não desenha bem durante suas explicações. Dê a você mesmo e aos alunos permissão e encorajamento para desenhar, mesmo que não tenha talento. Ande pela sala – mantendo sua visibilidade.

Sendo assim pode-se constatar que o papel do professor é fundamental para auxiliar no diagnóstico do TDAH, visto que, a hiperatividade só fica evidente no período escolar, quando é preciso aumentar o nível de concentração para aprender. Deste modo, é importantíssimo o professor bem orientado para ajudar o aluno hiperativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio desse trabalho apresentamos a oportunidade de conhecer como é identificado o aluno hiperativo, principalmente pelo seu comportamento, que são agitados por se manter em constante atividade, são impacientes e têm grande dificuldade de se concentrar.

Verificamos que a hiperatividade só fica evidente no período escolar, quando é preciso aumentar o nível de concentração para aprender. Diante disso, é importantíssimo o professor estar bem orientado para distinguir uma criança sem limites de uma hiperativa.

Procura-se evidenciar a importância de atentar na aprendizagem do hiperativo, bem como, também orientar pais e educadores a lidar com crianças diagnosticadas.

Sabemos que a escola e a família trabalhando juntas com o portador de TDAH, auxiliando no seu tratamento, na sua socialização, não esquecendo, porém, de que impor limites é muito importante para o seu desenvolvimento social, emocional e cognitivo.

Diante dos estudos, tendo conhecimento sobre a hiperatividade, muito vai nos ajudar em nossas salas de aula, no convívio com nossos alunos, sabendo conhecê-los e identificá-los; e que nem todos que apresentam comportamentos semelhantes são hiperativos.

Ao suspeitar e observar comportamentos duvidosos de uma criança é preciso encaminhá-la com urgência para uma avaliação com equipes multidisciplinares, fazendo com que a criança entenda que a avaliação não é uma forma de puni-la, mas de acompanhá-la e ajudá-la como também a todas as pessoas da família envolvidas, fazer com que se sintam acolhidas e não investigadas.

A formação de um educador é um processo que não tem um fim, pois o mundo está cheio de informações, onde tudo já se fez e pensou várias coisas foram escritas e criadas em diversas áreas do conhecimento, não existe algo novo em meio a tanta informação, onde pode apenas complementar com as minhas próprias palavras.

Para concluir destaca-se a importância de uma prática compreensiva e acolhedora da escola o que não significa ser excessivamente tolerante ou abrir mão dos limites necessários à educação em relação às condutas típicas. Discriminar, castigar e rotular, em nada ajudará esses alunos, normalmente inseguros, frágeis e assustados com as repercussões dos seus comportamentos.

A Hiperatividade é um problema social e é de suma importância ressaltar que o diagnóstico de hiperatividade é difícil e, assim, deve ser feito por médicos, para evitar um falso diagnóstico, que pode levar a um comportamento errôneo por parte do profissional.

Não devemos classificar uma criança como hiperativa, somente por achá-la agitada. É muito difícil determinar a origem do distúrbio e tentar atribuir culpas não é uma boa saída, uma vez que o comportamento da criança é fruto da união de fatores familiares e individuais. Portanto, é necessário se observar a interação da criança com o meio em que ela está inserida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, M. L. (1983). *As bases biológicas do comportamento: introdução à neurociência*. São Paulo: EPU.

FONSECA, V. /www.netsaberartigos.com.br: Hiperatividade ou falta de limites. Acesso em 11 de outubro de 2012.

GOLDSTEIN, Sam, Goldstein, M. (1994); www.artigonal.com.br - O Transtorno de Déficit de Atenção Hiperatividade. Acesso em 30 de outubro de 2012.

O'BRIEN Lisa. Como Lidar com o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade na Pré-Escola. www.hiperatividade.com.br (1998).

SALAMANCA (1994); Criança Hiperativa: Escola Hiperligada. Acesso em 18 de novembro de 2012.

SILVA, Ana Beatriz B. Mentres Inquietas. Artigo: Psicopedagogia / Hiperatividade. Acesso em 06 de novembro de 2012.

SEVERINO, Antônio Joaquim; Indisciplina e Hiperatividade – uma abordagem no processo de aprendizagem. Acesso em 20 de novembro de 2012

VYGOTSKY, L. S. (2004) A aprendizagem e o brincar de crianças com transtorno de Déficit de Atenção/ Hiperatividade.

[HTTP://WWW.efdeportes.com/efd62/atencão.htm](http://WWW.efdeportes.com/efd62/atencão.htm). Acesso em: 04 de dezembro.

**CAPÍTULO V - BREVE ANÁLISE ACERCA DO BULLYING NAS
ESCOLAS (MÁRCIA REGINA ROCHA; LEO RICARDO MUSSI)**

BREVE ANÁLISE ACERCA DO BULLYING NAS ESCOLAS

Márcia Regina Rocha⁵

Leo Ricardo Mussi⁶

RESUMO

Frente aos muitos e graves problemas observados nas escolas brasileiras com relação à prática do Bullying, bem como suas consequências em um número cada vez maior de crianças e adolescentes, o presente trabalho busca informações capazes de estimular as discussões relativas ao combate do Bullying no ambiente escolar. Para tanto adotou-se a metodologia da revisão bibliográfica. Por fim fica evidente a responsabilidade das equipes atuantes nas escolas, sobretudo a direção, coordenação e os professores, no sentido de tomarem atitudes capazes de conscientizar os estudantes, bem como de punir os agressores de forma efetiva sempre que necessário. Deste modo, a escola pode apresentar-se como um ambiente cada vez mais saudável para os estudantes e mais eficaz ao desenvolvimento de todos.

INTRODUÇÃO

Embora tenha habito significativo progresso no combate ao Bullying escolar em nosso país, atualmente, as escolas brasileiras ainda têm enfrentado sérios problemas relativos à esta prática, bem como às consequências psicológicas, e até mesmo físicas, de tais ações.

Percebe-se a urgência de se intensificar a conscientização e o combate às práticas de Bullying junto aos alunos, como forma de garantir a segurança psicológica e física dos mesmos, evitar a evasão escolar por parte das vítimas, bem como outros problemas oriundos destas ações que podem comprometer a formação e desenvolvimento de crianças e jovens, deixando marcas capazes de acompanhá-los por toda a vida.

Frente a este importante problema, esta pesquisa busca informações que possam embasar discussões e práticas relativas à eliminação do Bullying

⁵ Mestranda em Educação.

⁶ Advogado e Psicanalista. Pós-Graduado em Docência do Ensino Superior e em Psicologia Clínica. Mestrando em Educação E-mail: leoricardobr@gmail.com

no ambiente escolar, como forma de promover a igualdade e garantir o direito de todos.

Para o cumprimento dos objetivos aqui propostos, valeu-se do método de revisão bibliográfica.

Fica, por fim, evidente a grande importância do combate ao Bullying nas escolas brasileiras, bem como a responsabilidade dos profissionais atuantes nestas instituições, sobretudo direção, coordenação e corpo docente, na elaboração e utilização de práticas de conscientização e punição de agressores, quando necessário

DESENVOLVIMENTO

O Bullying é compreendido como sendo uma modalidade de violência que acontece muito nas unidades escolares. Com sua prática, o aluno que o pratica busca afirmação de seu poder por meio de agressão e violência contra os demais colegas que ele julga serem mais fracos.

O termo Bullying é de origem inglesa e sua prática compreende atos de agressão, intimidação, maus tratos e ataques, fundamentados em uma relação que coloca agressor e vítimas em forma desigual de poder. Nesse processo, o agressor almeja inferiorizar a vítima, gerando a tão temida exclusão social.

Tal fenômeno acontece tendo em vista o uso ofensivo do poder sobre uma vítima, de modo sutil, premeditado, repetitivo e por tempo ilimitado. Assim, compreende-se que o Bullying, muito mais do que assumir um comportamento que identifique certa perseguição ou mesmo intimidação à vítima, conecta-se, normalmente, às particularidades pessoais como padrões de personalidade, porte físico, idade, tamanho, desenvolvimento emocional, dentre muitos outros que diferenciam os indivíduos.

O Bullying pode e deve ser encarado como um problema que envolve a Saúde Pública, necessitando por sua vez de investimentos científicos e ainda políticos buscando fomentar estudos e buscas de soluções acerca dessa questão, na tentativa de extinguir, ou ao menos reduzir drasticamente, tal prática no ambiente escolar.

A agressão que envolve os atos de Bullying podem ser dispostas em quatro grupos:

- Bullying físico – quando o agressor passa a bater, chutar e usar armas ao agredir a sua vítima;
- Bullying verbal/psicológico – quando a agressão compreende apelidos, ameaças, deboches, insultos, humilhação;
- Bullying indireto – quando há comportamentos de exclusão social, indiferença e extorsão;
- Cyberbullying – quando a agressão repetida é praticada por meio de ferramentas eletrônicas, fundamentalmente pelo celular e Internet.

Dessa forma, ao identificar ou suspeitar de Bullying sendo praticado na escola, todos os envolvidos, ou seja, coordenação, gestão e educadores devem buscar meios para acabar com tal prática já em seu início, para que, assim, ela não se propague junto a mais alunos, fato que pode levar inclusive ao abandono escolar, além de dificultar as medidas de combate.

Para tanto, agressor e vítima devem ser ouvidos, buscando-se compreender o porquê da existência de tais atos e, com isso, mostrar ao agressor que ele está errado e que deve parar com atitudes agressivas ou estará passível a punições de acordo com a LEI Nº 13.185, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2015. Punição previstas no regimento escolar já podem ser adotadas de imediato, dependendo de caso analisado e principalmente do comportamento do aluno agressor durante a abordagem disciplinar.

A escola precisa desenvolver projetos que trabalhem a temática “Bullying”, procurando sempre discutir com seus alunos as consequências de tais atos.

Para tanto, podem ser agendadas palestras com profissionais das áreas da Saúde e Educação, trazendo ainda os pais de alunos como convidados para assistirem as palestras juntamente com seus filhos.

Os professores podem montar trabalhos interdisciplinares que também abarquem essa temática, solicitando pesquisas, confecção de cartazes, apresentação de pequenas peças, entre outras atividades.

Destaca-se ainda que, para o trabalho de combate ao Bullying seja mais eficiente, todos os envolvidos devem estar pautados na afetividade e na sensibilidade, mostrando que ali dentro da escola todos são iguais e merecem respeito, sendo todos encarados de forma equiparada e sem distinções.

Gestores, coordenadores e educadores precisam ainda conhecer as leis que envolvem os direitos de todos os cidadãos, bem como as normas escolares, para assim, saberem discutir direitos e deveres de forma mais clara e eficiente com seus alunos.

Outro ponto que deve ser enfatizado refere-se à participação da família em todo esse processo, já que o processo educativo é alicerçado em casa, junto com a família, sendo ela a primeira a dar o exemplo que será seguido por suas crianças.

Escola, Família e Governo trabalhando juntos contribuem para que a Educação passe a ser ofertada como é de direito a todos, ou seja, como uma Educação de qualidade, capaz de garantir a segurança física e psicológica dos estudantes e corroborar com o desenvolvimento das crianças e jovens levando à formação de adultos conscientes e críticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa discorre primeiramente com relação à gravidade dos problemas gerados pela prática do Bullying no ambiente escolar, destacando que tal prática trás várias consequências negativas ao processo de Educação como um todo e principalmente à vida das crianças vitimadas.

Salienta-se a necessidade de intensificação de ações capazes de conscientizar os estudantes, bem como de punições para os agressores de forma a inibir tais ações.

Neste sentido, a direção, a coordenação e os docentes acabam por assumirem maior responsabilidade com relação às medidas de combate ao

Bullying escolar, haja vista suas atribuições de acordo com as funções desempenhadas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.185, de 06 de novembro de 2015**. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-018/2015/lei/l13185.htm. Acesso em: 21.jun.2019.

**CAPÍTULO VI - LUDICIDADE: BRINCANDO NA EDUCAÇÃO INFANTIL
(ADRIANA DE OLIVEIRA TEODORO; SOLANGE LUIZA DE OLIVEIRA;
MARIA JOSÉ ALVES SOARES)**

LUDICIDADE: BRINCANDO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Adriana de Oliveira Teodoro⁷

Solange Luiza de Oliveira⁸

Maria José Alves Soares

RESUMO

O tema Ludicidade: Brincando na Educação Infantil foi escolhido para ser trabalhado na Educação Infantil, tem por objetivo desenvolver a aprendizagem da criança tendo um enfoque os brinquedos e a ludicidade. O recurso pedagógico fortalece e desenvolve uma aprendizagem prazerosa onde os educandos interagem expressando umas com as outras de maneira espontânea, trocando conhecimento em seu dia a dia.

Palavras-chave: Ludicidade. Ensino. Educação Infantil.

INTRODUÇÃO

Trabalhar com a ludicidade na educação infantil é de suma importância, pois a criança brincando desenvolve a coordenação motora fina e grossa, promovendo com espontaneidade suas habilidades e aprendizagem.

A ludicidade influencia, estimula e capacita o desenvolvimento infantil, pois no ato da brincadeira o desenvolvimento das ações tem valores de coletividade cooperação, solidariedade e compartilhamento onde estarão aprendendo a se relacionar diretamente com o próximo respeitando os limites uns dos outros.

A utilização de novos espaços de aprendizagem busca resgatar o interesse peculiar do aluno pelo que lhe é conhecido, que lhe é atrativo; aprender faz parte da essência do indivíduo e pode surgir das mais diversas situações e contextos, inclusive nas redes sociais, conforme explica Carvalho (2009).

⁷ didirriso@hotmail.com

⁸ solangeluizatga@gmail.com

O trabalhar a ludicidade é desenvolver nas crianças disciplinar idade, limite e respeito. O tema ludicidade é um assunto que tem conquistado espaço no panorama nacional, principalmente na educação infantil, por ser o brinquedo a essência da infância e seu uso permite um trabalho pedagógico que possibilita a produção do conhecimento, da aprendizagem e do desenvolvimento, independente de época, cultura e classe social os jogos e brincadeiras fazem parte da vida da criança.

A aplicabilidade do lúdico na educação infantil enriquece o processo pedagógico, pois os jogos e brincadeiras faz despertar na criança o prazer pela vida a autoestima, levando a enfrentar os desafios que surgirem com mais confiança e firmeza.

O lúdico é um instrumento pedagógico indispensável na aprendizagem, no desenvolvimento e na vida das crianças, torna evidente que os professores atuantes e futuros professores devem e precisam tomar consciência disso, pois uma aula prazerosa desperta o interesse imediato do aluno, com isso o indivíduo aprende e o resultado é satisfatório.

O ato de brincar ativa imediatamente a autoestima ativando a adrenalina e seguidamente sente-se o prazer ao realizar os movimentos envolvendo todos os sentidos como diz Vygotsky (1984) atribui relevante papel ao ato de brincar na constituição do pensamento infantil. É brincando, jogando que a criança revela seu estado cognitivo, visual, auditivo, tátil, motor, seu modo de aprender e de entrar em uma relação cognitiva com o mundo de eventos, pessoas, coisas e símbolos.

A criança, por meio da brincadeira, reproduz o discurso externo e o internaliza, construindo seu próprio pensamento. A linguagem, segundo Vygotsky (1984), tem importante papel no desenvolvimento cognitivo da criança à medida que sistematiza suas experiências e ainda colabora na organização dos processos em andamento. De acordo com Vygotsky (1984, p.97):

A brincadeira cria para as crianças uma "zona de desenvolvimento proximal" que não é outra coisa senão a distância entre o nível atual de desenvolvimento, determinado pela capacidade de resolver independentemente um problema, e o nível atual de desenvolvimento potencial, determinado através da resolução de um problema sob a orientação de um adulto ou com a colaboração de um companheiro mais capaz.

Por meio das atividades lúdicas, a criança reduz muitas situações vividas em seu cotidiano, as quais, pela imaginação e pelo faz-de-conta, são reelaboradas. Esta representação do cotidiano se dá por meio da combinação entre experiências passadas e novas possibilidades de interpretações e reproduções do real de acordo com suas afeições, necessidades, desejos e paixões. Estas ações são fundamentais para a atividade criadora do homem.

Tanto para Vygotsky (1984) como para Piaget (1975), o desenvolvimento não é linear, mas evolutivo e, nesse trajeto, a imigração se desenvolve. Uma vez que a criança brinca e desenvolve a capacidade para determinado tipo de conhecimento, ela dificilmente perde esta capacidade. É com a formação de conceitos que se dá a verdadeira aprendizagem e é no brincar que está um dos maiores espaços para a formação de conceitos. Negrine (1994, p.19) sustenta que as contribuições das atividades lúdicas no desenvolvimento integral indicam que elas contribuem poderosamente no desenvolvimento global da criança e que todas as dimensões estão intrinsecamente vinculadas: a inteligência, a afetividade, a motricidade e a sociabilidade. Essas qualidades são inseparáveis: sendo a afetividade a que constitui a energia necessária para a progressão psíquica, moral, intelectual e motriz da criança.

Brincar é sinônimo de aprender, pois o brincar e o jogar geram um espaço para pensar, sendo que a criança avança no raciocínio, desenvolve o pensamento, estabelece contratos sociais, compreende o meio, satisfaz desejos, desenvolve habilidades, conhecimentos e criatividade. As integrações que o brincar e o jogo oportunizam favorecem a superação do egocentrismo, desenvolvendo a solidariedade e a empatia, e introduzem, especialmente no compartilhamento de jogos e brinquedos, novos sentidos para a posse e o consumo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apoiados na Sociologia da Infância e de autores relacionados a essa vertente, podemos considerar que o emprego da ludicidade como meio

pedagógico faz com que as crianças alcancem um avanço significativo em relação a tempos passados, quando não se tinha por prática, o repertório de brincadeiras e fantasias. Percebemos melhorias nas interações sociais, nos aspectos cognitivos e motores, assim como o aumento da criatividade e participação nas atividades propostas.

Aos poucos os professores estão se conscientizando sobre a importância da ludicidade para o desenvolvimento das crianças, e os pontos positivos que essa prática traz como: maior atenção dentro da sala de aula, comportamento social menos conflituoso, resolução de problemas e seu desenvolvimento por completo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Nunes de. Educação lúdica: técnicas e jogos pedagógicos. São Paulo: Loyola, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional par a educação infantil. Brasília, 1998. V. 2.

CHATEAU, Jean. O jogo e a criança. São Paulo: Summus, 1997.

MARCELIINO, Nelson Carvalho. Pedagogia da animação. São Paulo: Papyrus, 1990.

NEGRINE, Airton. Aprendizagem e desenvolvimento infantil. Porto Alegre: Propil, 1994.

PIAGET, Jean. A formação do símbolo na criança. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

SANTOS, Santa Marli pires dos. Brinquedo e infância: um guia para pais e educadores. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

SNEYDERS, Georges. Alunos felizes. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

WAJSKOP, Gisela. Brincar na pré-escola. São Paulo: Cortez, 1995.

WINNICOTT, D. W. O brincar e a realidade. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

SOBRENOME, Nome do autor. Título da obra. Edição. Cidade: Editora, Ano de Publicação.

ALVES, Maria Leila. O papel equalizador do regime de colaboração estado-município na política de alfabetização. 1990. 283 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Campinas, Campinas, 1990. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/cibec/bbe-online/>>. Acesso em: 28 set. 2001.

CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de (Org.). Construindo o saber: metodologia científica, fundamentos e técnicas. 5. ed. São Paulo: Papirus, 1995. 175 p.

DEMO, Pedro. Metodologia do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. Pesquisa: princípio científico e educativo. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

RAMPAZZO, Lino. Metodologia científica: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação. São Paulo: Stiliano, 1998.

**CAPÍTULO VII - O OLHAR DOCENTE EM MEIO À DIVERSIDADE
(PROFA. DRA. CECÍLIA DE CAMPOS FRANÇA)**

O OLHAR DOCENTE EM MEIO À DIVERSIDADE

Profa. Dra. Cecília de Campos França⁹

Introdução

“Tudo está ligado, como o sangue que une uma família.
Todas as coisas estão ligadas.
O que acontece a Terra recai sobre os filhos da Terra.
Não foi o homem que teceu a trama da vida.
Ele é só um fio dentro dela.
Tudo o que fizer à teia, estará fazendo a si mesmo“.
Chefe Sioux¹⁰

Diferenças e identidades devem ser consideradas e tratadas como produção social que envolve relações de poder. Tanto uma como outra diz respeito “à atribuição de sentido ao mundo social e à disputa e luta em torno dessa atribuição” (SILVA, 2000, p.96). O encontro com o Outro é inevitável e cria contraste, em suas múltiplas dimensões expressas na sociedade e na escola. Esse contraponto pode evoluir para hostilidades, tensões, conflitos, confrontos e violência (SILVA, 2000).

Pensar a diversidade é pressupor que a pluralidade e a multiplicidade são condições básicas do ser humano. Há que se considerar também que ocorre uma dialética reflexiva entre o singular e o múltiplo no estabelecimento de diferenças e similaridades entre pessoas, grupos e culturas distintas. Nesta perspectiva, devemos manter o diálogo e a troca com as várias

⁹ Cecília de Campos França – graduada em Psicologia e Pedagogia, mestre e doutora em Educação pela PUC/SP. Fez pós doutorado em Educação na UNICAMP. Profa Efetiva da Universidade do Estado de Mato Grosso, ministra aulas de Psicologia para cursos de Licenciatura e nos Bacharelados em Jornalismo e Direito. Foi pesquisadora no Projeto Novos Talentos com financiamento Capes. Atualmente é pesquisadora nos grupos de Pesquisa e Extensão Observatório de Políticas Públicas sobre COVID 19 para Povos e Comunidades Tradicionais; Pesquisadora do Grupo de Estudos das Relações entre Políticas Públicas, Direito e Sociedade; Pesquisadora do Grupo de Pesquisa e Extensão sobre Segurança Pública, todos sediados no *campus* de Barra do Bugres – Unemat. Parecerista Ad Hoc de diversas universidades federais e estaduais. e-mail: cecilfran@yahoo.com.br e ceciliafranca18@gmail.com

¹⁰ Chefe indígena da etnia sioux hunkpapa conhecido como Touro Sentado. Viveu entre os anos de 1831 e 1890 nos EUA. Morreu por perfuração de arma de fogo.

manifestações humanas se, quisermos enriquecer nossas possibilidades de ser.

Geertz (1989) nos oferece uma definição de cultura que seria uma trama de significados e símbolos construídos ao longo de um processo de organização de um contexto, dentro do qual, acontecimentos sociais, modos de ser, comportamentos, valores, instituições, normas, regras e processos podem ser descritos e entendidos no coletivo. Ao mesmo tempo em que a cultura viabiliza a existência, a restringe, pois oferece algumas possibilidades de ser em detrimento de tantas outras possíveis. Sendo assim, a cultura pode ser pensada como um [...] *conjunto de mecanismos simbólicos para controle* (p.37) de comportamentos. O ser humano é a espécie mais dependente de programas culturais para ordenar suas ações. A cultura considera a amplitude e a indeterminação de nossas potencialidades e funciona, ao mesmo tempo, como referência que oportuniza a existência e, como mecanismo de controle e restrição ao potencial humano inicial, pois desenha especificidades para realizações possíveis e previstas em dado contexto social.

Parafraseando Geertz (1989), nós começamos com um potencial para viver muitas possibilidades de vidas, mas terminamos por viver apenas uma. No entanto, é fundamental entendermos que esta restrição é condição necessária para a realização de um potencial. Ficar somente nas inúmeras possibilidades e não realizar nenhuma é estagnar diante da necessidade de escolha e compromisso a que o ser humano está condenado por sua natureza.

Para aprendermos a pensar é essencial a existência de um sistema simbólico de qualquer espécie. Pensar consiste em um trânsito de símbolos, de significados entre qualquer coisa que esteja afastada da realidade imediata e que seja utilizada para atribuir significado à experiência, construindo-lhe sentido. O imaginário é a construção de uma imagem do ambiente que se dá pela apreensão de aspectos relevantes existentes nele, selecionados pela subjetividade. Uma vez construída uma imagem ou modelo, este pode ser manipulado sob várias condições. A observação dos resultados dessas manipulações projetados no ambiente possibilita a

previsão de como o ambiente se comportará frente à representação construída. A função do pensamento reflexivo é transformar a situação na qual não existe inteligibilidade, pois seus elementos aparecem como aleatórios e desconexos em uma situação em que estes estabelecem relação, e que seja possível ordená-los com coerência e com sentido, a fim de submetê-los à verificação.

A cultura foi e é um elemento essencial e constituidor do ser humano. Não é possível entender o significado de uma ação se não analisarmos o contexto em que ela se dá, de que modo isto ocorre e em que espaço ela se configura. Mudanças de contexto ou de localização da ação mudam seu significado. A ação assume outro sentido. Um exemplo muito comum na escola é quando ocorre conflito entre duas crianças. Caso uma tenha agredido a outra fisicamente, há uma tendência a puni-la. Ora, o que se sabe, é que antes de se pensar em qualquer coisa é necessária uma escuta atenta de cada uma das crianças envolvidas diretamente no conflito, ouvir aquelas que presenciaram o ocorrido, procurar informações de como vinha se desenhando a relação pregressa entre estas duas pessoas, saber suas queixas, suas ações recorrentes antes de se reunir com todos e chegarem a uma solução para este conflito. Infelizmente, nas escolas em que atuei não tem sido este o percurso verificado. O que vimos foi a punição para a agressão mais evidente, desprezando dados como bullying recorrente. Qual a consequência de uma conduta desta? Via de regra, se pune aquele que há tempos vem sofrendo calado humilhações recorrentes, deixando como “vítima” a pessoa que se autorizou a humilhar o colega. Em outras palavras, ocorre aqui uma inversão radical de valores e ação que traz efeitos perversos para as relações estabelecidas.

É importante lembrar que as culturas são dinâmicas e dialogam em maior ou menor grau com a modernidade, considerando o novo como ato de ressignificar-se, como ação de permanência. Quando falamos de pluralidade cultural, consideramos também a territorialidade, um contexto que garante o convívio e o direito de viver estas diferenças. A construção de uma cultura se dá em um processo de acumulação de experiências, conhecimentos, saberes que são transmitidos de uns aos outros pela

linguagem. Esta funciona não somente como possibilidade comunicativa, mas assume valor de unificação e identificação entre pessoas, tal como se vê nas identidades nacionais.

O Brasil é um país que se constitui em meio à diversidade. Aqui, convivemos com portugueses, indígenas de diversas etnias, negros, libaneses, eslavos, italianos, alemães, japoneses, ciganos, venezuelanos, russos, colombianos, dentre outros e seus descendentes. Ainda que encontremos muitas pessoas que sentem certo prazer nesta convivência, há preconceito e, muitas vezes, o sentimento de estar sendo ameaçado pela presença do diferente, do Outro que não tem sido visto como um interlocutor válido em muitas situações. Cotidianamente é possível e flagrante verificar processos discriminatórios institucionalizados, desigualdades, contradição, autoritarismo, dentre outras coisas. Infelizmente isto tem feito parte de nossa realidade cultural desde a invasão europeia nestas terras. A escola tem sido uma instituição que muitas vezes reproduz estes valores e esta dinâmica relacional. Silvio Almeida em vários textos nos mostra que o racismo e o preconceito são estruturais no Brasil. E assim, perpassa as relações sociais, as instituições e se materializa na economia como desigualdades salariais e modos de vida precarizados para uma imensa população nacional como mulheres e homens negros, trabalhadores sem instrução, que vivem cotidianamente a desvalorização de seus trabalhos, de suas vidas e são inferiorizados nas relações que se estabelecem no âmbito social.

Tolerar diz respeito a uma aceitação com indulgência, ou seja, aceito o Outro, o diferente, porque tenho facilidade em perdoar 'seus erros'. Esta conduta tem como eixo central o etnocentrismo. O prazer da convivência com o diferente explicita, não somente a importância e o valor do Outro, mas a possibilidade de aprender com ele. Esta disposição e posicionamento são em decorrência de um modo de pensar e de viver que se ancora em uma matriz complexa de pensamento que discutiremos mais adiante. Entendemos que esta matriz deve fazer parte de nossas reflexões constantes e dos processos de formação docente para que se possa construir espaços verdadeiramente acolhedores e inclusivos.

Há uma questão que deve ser destacada em nossas reflexões: a dialética existente entre igualdade e diversidade. Nós somos iguais em valor e diferentes em nossas características e condições de existência. Pontuar isto tem por objetivo não nos deixar cooptar por um discurso hegemônico que prega a igualdade e a homogeneidade a todo custo. Ainda que pareça que entre uma e outra igualdade se fale da mesma coisa, elas são originalmente diferentes.

A primeira concepção de igualdade nos remete ao valor do ser humano como existência, como impulsionador do dinamismo do mundo e das trocas culturais que enriquecem a todos. Toda vida tem a mesma importância para o mundo. Esta compreensão tem por base a valoração ética e a consideração do Outro como legítimo interlocutor. Esta concepção se atrela a uma configuração política e social que trabalha em direção à democracia, à autonomia e à emancipação humana.

A segunda concepção vem atrelada a um esquema político e social que quer pasteurizar, enlatar, homogeneizar, eliminando a diversidade e, assim, prevê relações autoritárias, a desvalorização, a desigualdade, a exclusão, submetimento de uns a outros, trabalhando em direção ao etnocentrismo, à ditadura, à submissão e à heteronomia das pessoas ou quaisquer outras formas de exercício de poder que visam a soberania de uns sobre os outros.

O conceito de diferença também deve ser pensado com cautela, pois pode assumir diferentes conotações no contexto em que é utilizado. Está presente em muitos discursos como elemento falseador da proposta de democracia e de diversidade. Ele deve, segundo nossa concepção, ser entendido como direito, como escolha e/ou possibilidade de existência e não como desigualdade, inferioridade, miserabilização, exclusão, como podemos identificar em muitas falas em nosso cotidiano. Este movimento de deixar algumas discussões patinando em um lamaçal de conceitos, sem clareza, nos sinaliza a urgência de nos disponibilizarmos ao diálogo, explicitarmos posicionamentos teóricos, políticos e nos mantermos atentos e sensíveis para entender qual a articulação e concepção que se tem daquilo que se diz e do que se pretende alcançar. É possível notarmos uma

proliferação de discursos idênticos em sua forma e aparência. Alguns se apropriam estrategicamente de discursos considerados 'politicamente corretos' e se colocam como se estivessem disponíveis para trabalhar junto aos demais contra o processo de desalienação e desnaturalização de fenômenos sociais, mas, explicitam, em sua conduta diária, contradições que revelam indisposição para o fazer coletivo, assim como, para modificarem seus atos e assumir a ética como princípio norteador de sua conduta e de seu discurso.

Quando há cisão entre o que se diz e o que se faz, há uma retórica falseadora que pretende ocultar os objetivos que se tem. Observar e analisar estes movimentos pode escancarar ações ancoradas na personalidade, no corporativismo, em interesses pessoais e desvelar que a retórica falseadora e a conduta explicitada, caminham juntas na contramão do coletivo e do bem comum, se avaliadas sob o ponto de vista ético. É difícil encontramos ao nosso redor pessoas que estejam dispostas a ouvir e ver o que se diz e o que se faz. A fala vazia, superficial, não se ancora nas condutas diárias, enquanto a fala consistente, coerente com o que se vive, tem o poder de transformar e construir uma outra matriz de pensamento e de conduta para as sociedades.

Temos nos questionado com frequência sobre o que temos e o que queremos ter como matriz de pensamento. Hoje é comum identificarmos o movimento de buscar unificar o que é diverso. Esta lógica persegue um objetivo que está atrelado à 'verdade única', princípio tão caro a uma organização social, que pretende eliminar a diversidade e/ou desqualificá-la. No entanto, o que queremos é firmar, em meio ao que temos, nosso direito de sermos múltiplos e escolhermos o que podemos e queremos ser.

A concepção educacional que temos é de que este é um processo contínuo que projeta possibilidades de existência. Um de seus objetivos é a desalienação e a desnaturalização em relação aos fenômenos sociais. Para que isso se realize é necessário que se estabeleça diálogo constante, grupos de estudo e pesquisa, pois estes processos de desalienação e desnaturalização só serão possíveis mediante a exposição de si com o Outro, com o diferente, em espaços de diálogo (FRANÇA, 2005).

Outro Paradigma

Neste exato momento a Terra está acima de você, abaixo de você, em seu entorno e mesmo dentro de você. Você pode estar acostumado a pensar na Terra como o chão que está sob seus pés. Mas a água, o mar, o céu e tudo a nossa volta vem da Terra. Tudo fora de nós e tudo no nosso Interior vem da Terra. Nós frequentemente esquecemos que o planeta que vivemos nos deu todos os elementos que criam nosso corpo. A água em nosso sangue, nossos ossos e todas as células microscópicas de nossos corpos vem da Terra e são parte da Terra. A Terra não é apenas o meio ambiente onde nós vivemos. Nós somos a Terra e nós sempre a levamos em nosso próprio interior.

Thich Nhat Hanh¹¹

O que predomina hoje é uma matriz de pensamento que endossa e valoriza a competição, o individualismo, o acúmulo de capital, a epistemologia da verdade única, a naturalização e o ocultamento de fenômenos sociais, a homogeneização das consciências, o ataque aos vínculos e aos serviços básicos e públicos, bem como pessoas tratadas como mercadoria. A fragmentação, a formalização, a negação do Outro, promove a racionalidade sem limite e sem ética, desqualifica o afetivo que deve ser controlado, sufocado, para que se tenha maior credibilidade e assim por diante. Este conjunto de valores e condutas aponta para uma insensibilidade e embrutecimento crescentes das sociedades. Esta realidade representa uma crise civilizatória.

O que queremos é um outro modo de ver e de se relacionar com o mundo. Este outro paradigma já existiu e, é possível localizá-lo em constante construção aqui e acolá nos permitindo identificá-lo em manifestações de toda ordem. A sociedade civil expressa resistência em relação aos 'custos sociais' elevados e identificados como depredatórios do ambiente para a

¹¹ monge budista, pacifista, escritor e poeta Vietnamita, um dos mais respeitados na atualidade.

manutenção de um processo industrial insaciável quanto ao consumo de matéria prima e ao chamado 'progresso tecnológico'. Trazemos a seguir algumas de suas ideias que servem como alicerce para a construção desta outra matriz de pensamento complexo.

Capra (1997, p.19) diz que são vários os nomes atribuídos para este 'novo' modo de pensar: “*teoria dos sistemas dinâmicos*”, “*teoria da complexidade*”, “*dinâmica não linear*”, “*dinâmica de rede*”, dentre outros. Algumas de suas concepções-chaves foram denominadas de “*atratores caóticos*”, *fractais*, “*estruturas dissipativas*”, “*auto-organização*” e “*redes autopoieticas*”.

Com um modelo complexo de pensamento um mesmo fenômeno é visto e analisado em suas múltiplas dimensões e é este novo olhar que embasa nossas pesquisas, nossos estudos que têm como característica a interlocução com pesquisadores de áreas distintas do conhecimento.

Fritjof Capra (1997, p.14) afirma, numa de suas últimas conversas com Motomura (1997) sobre a física quântica que *nossas percepções são interrompidas pelo “reconhecimento”*. O processo de descobrir o novo cessa quando ocorre o enquadramento, a classificação da coisa, da situação em esquemas mentais já construídos anteriormente. O ato de rotular algo como já conhecido, *poupa-nos o trabalho de desvendar o inédito...*

Um dos princípios basilares deste modo de pensar denominado *complexo* é que tudo e todos estão ligados e interconectados. Todo e qualquer ato, em menor ou maior grau, afeta a todos e a vida de futuras gerações. A vida, seja minha, sua, nossa, deles, é recolocada no centro de prioridades em todas as atividades humanas. Isto é a grande originalidade desta nova postura, pois rompe com o individualismo e inaugura a responsabilidade, o compromisso, a valorização da vida como foco de nossas atenções, pesquisas, estudos e atividades cotidianas. Partindo desta ideia podemos pensar que:

[...] somente será possível estabilizar a população quando a pobreza for reduzida em âmbito mundial. A extinção de espécies animais e vegetais numa escala massiva continuará enquanto o Hemisfério Meridional estiver sob o fardo de enormes dívidas. A escassez dos recursos e a degradação do meio ambiente

combinam-se com populações em rápida expansão, o que leva ao colapso das comunidades locais e à violência étnica e tribal que se tornou a característica mais importante da era pós guerra fria. [...] (CAPRA, 1997, p. 20)

Estes problemas levantados por Capra (1997) nos mostram que enquanto não forem pensados de maneira articulada, interconectados, quaisquer ações podem se tornar infrutíferas e estéreis.

A dialética está presente neste novo olhar como princípio realizador. Podemos pensar que ao nos posicionarmos desta maneira frente ao mundo e a vida, estamos lutando em última instância por nós próprios, por nossa felicidade e bem estar. A humildade que advém desta consciência empírica e teórica é fantástica. Não nos autorizamos mais a julgar que isto ou aquilo tem mais ou menos valor, mas todo e qualquer movimento que se faça, observando e considerando a ética universal, tão cara a nós, a Paulo Freire (2008) e outros, será acolhido e considerado.

Outra característica e princípio deste outro modo de pensar é a de se manter à disposição para ver e perceber o novo. Esta abertura é indispensável para a construção desta matriz complexa. Além disso, entendemos que a linearidade de pensamento é estreita e não responde às urgências que temos de investigar diferentes ângulos de um mesmo objeto de pesquisa.

A disposição de se descentrar é um outro pressuposto deste paradigma. Permitir-se ocupar diferentes posições antes de proferir um julgamento míope é outro pressuposto deste pensar. Quando nos exercitamos em nos deslocar de nossa posição já conhecida e nos ocuparmos com outros tantos lugares diferentes, ao retornarmos à antiga posição nosso olhar estará mais sensível, amplo, enriquecido e renovado por essas experiências.

O princípio da fraternidade pode ser facilmente identificado como amálgama desta nova postura do ser humano frente a si mesmo e ao mundo.

Ailton Krenak, líder indígena, doutor pela Universidade Federal de Minas Gerais, tem defendido as florestas, tratado da importância da preservação do meio ambiente, do respeito à diversidade ecológica, da solidariedade, da filosofia do Bom para Todos e, muitas vezes, tem sido

referência do que denominam do “novo modo de pensar”. No entanto, o que faz Krenak, no nosso entendimento, é trazer à tona o pensamento ancestral que se perdeu em nome de uma lógica que se pauta na destruição, na perversidade, na acumulação e sem apreço pela vida em todas as suas manifestações. A lógica do capital promete que se vivermos dentro de valores macabros agora, no futuro teremos estabilidade. E isto é falacioso, pois não há possibilidade de um “futuro melhor” se o que está posto agora é degradante.

O tempo é visto como espiral, ou seja, é necessário que o presente pautas as ações de construção e preservação da vida em todas as suas dimensões, que o etnocentrismo colonizador seja desconstruído para que seja possível reconstruir o mundo, as sociedades dentro de outros parâmetros, em que o ser humano seja visto tão somente como um dos elementos que compõem o meio ambiente e jamais se repita a experiência de entendê-lo como o ser que deve ser servido pelos demais e que pode inclusive dispor de outras vidas e de sua diversidade como preferir. Este parâmetro ético de ser um elemento dentre outros importantes para a composição do mundo e do meio ambiente tem força limitadora de desejos, vontades e ações. E esta restrição é fundamental para que se possa trabalhar a preservação de espécies, da qualidade da água, do ar, da terra, dos ecossistemas e de tudo o que depende destes para viver.

O meio ambiente não é fornecedor de matéria prima, mas nos constitui e garante condições de existência para todos. E assim sendo, é compromisso coletivo cuidar deste e de tudo que nele há como patrimônio de toda espécie de vida. Como nos disse na epígrafe acima Thich Nhat Hanh “A Terra não é apenas o meio ambiente onde nós vivemos. Nós somos a Terra e nós sempre a levamos em nosso próprio interior”.

As populações tradicionais têm muito a ensinar, pois vivem há milênios em perfeita harmonia com a natureza. Usam somente o necessário para sua existência e cuidam da biodiversidade e dos ecossistemas. Não é possível mantermos este formato de meia dúzia de pessoas como donos e senhores da área terrestre. Isto é programa de morte e submissão para a população terrestre. Solidariedade, companheirismo, respeito, apreço pela vida e

compromisso com esta é dever de todos que se querem humanizados de verdade. O modelo civilizatório que nos foi imposto é de muita violência, degradação, genocídio, pois vê somente um modo de ser como possibilidade. Além de extremamente restritivo e empobrecedor tem causado danos irreversíveis em vários aspectos e dimensões. Quando se pensa no bem de todos, é sem exceção! Não dá para aceitar que uns tenham muito mais do que precisam para viver de forma decente e outros sequer tenham chance de sobrevivência.

Teorias Pedagógicas

Newton Duarte nos auxilia a compreender em que se fundamentam as diversas teorias pedagógicas e, assim, nos permite pensar se estamos em nossa prática docente exercendo a profissão para construir junto aos discentes, desenvolvimento de seus potenciais e de sua emancipação. Para que seja possível um trabalho que possibilite esta construção há que se ter criticidade e se manter na oposição desta lógica perversa que tem dominado o mundo. Não há possibilidade dentro do capitalismo de desenvolver o potencial humano em todos os lugares e com todas as pessoas, como muitos pensadores vem sinalizando há mais de décadas, tais como: Istvan Mészáros, Boaventura de Souza Santos, Marilena Chauí David Harvey, Karl Marx, Ailton Krenak, Newton Duarte, Demerval Saviani, Luiz Antônio Cunha, Jessé de Souza, Silvio Almeida, Lóïc Wacquant, Nize Pelanda, Peter McLaren, Emmanuel Lévinas, dentre outros. Cada qual a seu modo, dentro de sua área de atuação mostram os valores que subjazem a lógica do capital e que estes representam um esfacelamento das sociedades, pois as hierarquizam, promovem desigualdade, racismo, violência, morte, precariedade nos postos de trabalhos, produzem cada vez mais miséria, exclusão, isolamento, desespero, conflitos e injustiças e que em outro modo de pensar e viver seriam facilmente eliminados.

Dito isto, é importante que saibamos que a educação é parte de um conjunto articulado de estrutura e políticas e não o principal problema da sociedade brasileira. A estrutura social desenha os contornos da educação. As

Leis e Diretrizes Educacionais mostram claramente os valores que as fundamentam. Há que se pôr em relevo as relações que a educação tem com a economia, com a política, com as hierarquias sociais, com a cultura, o que por si só demonstra a impossibilidade de se ver a educação como a instituição que pode salvar a sociedade. Isto no mínimo é ingênuo demais. Luiz Antônio Cunha, em sua obra “Educação e Desenvolvimento Social no Brasil” republicada em 1985 faz reflexões interessantes que esclarecem sobre as possibilidades e limites da Educação como elemento que age e interfere nas sociedades. Com maestria Cunha expõe a falácia da meritocracia, a seletividade social da educação escolar que ocorre de duas formas: externa e internamente. Externamente o que se tem é uma incorporação maior ou menor de alunos oriundos das classes trabalhadoras. Internamente, o que se vê são preconceitos socioculturais que caracterizam as práxis docentes e os processos pedagógicos que não consideram o aluno por inteiro com suas condições e necessidades pedagógicas na escola. Além disso apresenta argumentos e dados que sustentam o “fracasso” escolar das crianças do povo, da classe trabalhadora. No entanto, este fracasso surge, muitas vezes, ancorado nas formas de avaliação em curso de forma que incidem sobre elas mesmas as razões para suas “dificuldades de aprendizagem”. A omissão do Estado em materializar serviços de qualidade para a população, as violações que promove cotidianamente aos mais pobres, as condições precárias de vida que têm estas crianças e adolescentes se tornam invisibilizadas.

Newton Duarte (2001) em sua obra “Vigotski e o Aprender a Aprender: Crítica às Apropriações Neoliberais e Pós Modernas da Teoria Vigotskiana” põe em relevo que para que se possa compreender a obra de Vigotski e seus fundamentos deve se ter claro que esta se funda na teoria marxiana, não cabendo qualquer distanciamento entre elas. A teoria em questão exige do docente envolvimento e posicionamento político na sociedade, pois a forma como atuará será para defender os valores que fundam uma sociedade democrática e sem classes sociais. O capitalismo para se manter precisa controlar processos educacionais e sociais e quando este controle se esvanece então as classes dominantes lançam mão das políticas de austeridade e reformas educacionais para que o conhecimento que chegue até a população

trabalhadora se limite tão somente a especializá-la no cumprimento de suas funções e atividades profissionais, sem que possibilite maiores esclarecimentos e reflexão acerca da dinâmica social, evitando assim insurgências organizadas contra a ordem posta. Nas palavras de Duarte (2001, p. 25-27) vemos claramente as contradições e manobras efetuadas para a manutenção do modo de produção capitalista:

[...] ao mesmo tempo em que o processo produtivo exige a elevação do nível intelectual dos trabalhadores para que estes possam acompanhar as mudanças tecnológicas, essa elevação do nível intelectual precisa, sob a ótica das classes dominantes, ser limitada aos aspectos mais imediatamente atrelados ao processo de reprodução da força de trabalho, evitando-se a todo custo que o domínio do conhecimento venha a tornar-se um instrumento de luta por uma radical transformação das relações sociais de produção. Como a classe dominante precisa exercer uma ininterrupta atividade para não perder sua hegemonia sobre o conjunto da sociedade, ela utiliza-se de estratégias de obtenção da adesão da população ao projeto político e econômico neoliberal e. quando essa adesão não é obtida, lança mão da repressão pela força (que passa a ser cada vez mais utilizada tanto no interior de cada país como no plano das relações internacionais). Mas como a história já mostrou que o capitalismo não pode manter-se apenas lançando mão da repressão, existe uma busca incessante de formas de disseminação da ideologia dominante e de disseminação de todo tipo de preconceitos e mistificações em relação a qualquer projeto político e social que conteste o capitalismo e defenda outras formas de organização societária. As classes dominantes precisam manter parte da população presa à ideia de que não existe outro caminho para a humanidade a não ser o da total adaptação às regras impostas pelo mercado mundializado. Entretanto, para que as condições de miserabilidade que atingem enormes contingentes da população mundial não produzam reações violentas da parte desses contingentes, seja na forma de insurreições organizadas, seja na forma de gigantesco aumento da criminalidade, comprometendo assim a relativa estabilidade política e econômica necessária à reprodução do capital, são acionados vários tipos de agências sociais voltadas para a difusão de conhecimentos elementares que produzam determinadas atitudes imediatas no cotidiano dos indivíduos, atitudes essas que se traduzam em amenização, a baixo custo, de problemas sociais gerados pela miséria. São informações relativas, por exemplo, a questões no campo da saúde e da alimentação.

Os resultados dessas “campanhas educativas” não passam, é claro, de paliativos momentâneos, mas que possuem uma importante função objetiva de evitar que determinados problemas tomem proporções sociais incontroláveis e também uma não menos importante função ideológica de difusão da crença de que as condições de vida da população estão melhorando. Mas para que esse tipo de conhecimento possa ser difundido, é necessário que essa grande parcela da população mundial saia da condição de absoluto analfabetismo e torne-se capaz de assimilar informações imediatamente aplicáveis sem a necessidade de grandes alterações no cotidiano dos indivíduos. Daí a insistência na necessidade de

eliminação do analfabetismo. Note-se que estamos fazendo referência a um complexo processo que envolve a questão do controle, pelas classes dominantes, de quanto do conhecimento possa e deva ser difundido, para quem e sob quais formas, de maneira a manter a população em níveis de consciência que permitam sua manipulação ideológica e, ao mesmo tempo, que essa população disponha de ferramentas intelectuais mínimas indispensáveis ao processo de sua adaptação à vida social. (grifos nossos).

O lema “aprender a aprender” traz em seu centro “a desvalorização da transmissão do saber objetivo, dilui o papel da escola em transmitir esse saber, descaracteriza o papel do professor como alguém que detém um saber a ser transmitido aos seus alunos além de negar o ato de ensinar” (DUARTE, 2001, p.28). E assim sendo, é necessário que os professores antes de aderirem a alguma teoria, ideia ou práxis pedagógicas tenham feito as devidas análises e estudo de suas origens, pressupostos e os efeitos desta para o processo educacional e social. Não se pode admitir que um docente faça adesão a alguma teoria por modismos, sem que haja avaliação de qual a ideologia que esta teoria traz como fundamento. A tarefa de ensinar exige muita responsabilidade e reflexão para que possa ser exercida.

Formação de Professores

Minha mãe achava estudo a coisa mais fina do mundo.
Não é.
A coisa mais fina do mundo é o sentimento.
Aquele dia de noite, o pai fazendo serão, ela falou comigo:
— Coitado, até essa hora no serviço pesado.
Arrumou pão e café, deixou tacho no fogo com água quente.
Não me falou em amor. Essa palavra de luxo.
*Adélia Prado*¹²

O grande desafio na formação de professores coincide com a discussão que fizemos anteriormente. Diante de nosso mundo com tantas mazelas, a educação deve pensar e repensar os objetivos aos quais têm servido e com o que quer se compromissar. Falo da educação, mas estou me

¹² Poetisa, professora, filósofa, romancista e contista brasileira ligada ao Modernismo. Sua obra retrata o cotidiano com perplexidade e encanto

referindo aos educadores, a todos nós. Como pretender contribuir para o processo de formação de alunos pensadores, sensíveis, autônomos, emancipados, críticos, éticos, leitores de livros e de outros, se nós não o somos? Parece que há aqui um paradoxo a ser dissecado. Neste percurso educacional somos todos, alunos e professores, que nós desenvolvemos ou nos esvaziamos. Entre estas duas vias, qual delas vamos tomar? E qual se firmará?

Para responder esta questão precisamos, antes disso, responder a nós mesmos se estamos dispostos a nos recriar, a nos dispor para novas possibilidades, nos apropriarmos de valores éticos e nos nutrirmos de coragem, ousadia e utopia para viver em constante resistência aos valores desumanizantes do mundo, ainda que muitas vezes isto nos traga dificuldades de toda ordem, sentimentos de solidão e incompreensão diante do Outro.

Pensamos que para construir uma condição que supere a crise de valores humanos, existentes em todas as instâncias, é preciso que se construa uma nova geração de pessoas, de professores, de alunos marcados por um processo de qualificação que os leve a transcender o domínio de qualquer especialidade. Colocamos em destaque aspectos e características como a postura, o olhar, os sentimentos, as emoções, as relações e o compromisso de uns com os outros. Não há como promover um processo educacional se qualquer um dos sujeitos for menos valorado que o outro. Neste percurso, cada um deve fazer sua parte e contar com o apoio da instituição de ensino e de políticas públicas. As condições precárias de trabalho dos professores e de alunos podem dificultar este processo educacional, podendo se transformar em luta coletiva.

Como romper, como educadores, a ordem que se instalou pelo modelo vigente que nos transforma em mercadoria? Em um contexto como este, o diálogo, o estudo, a inquietação, a reflexão crítica sobre o mundo e nós mesmos, é importante e vital. Ao contrário do que se pode pensar, o silêncio diante dessa ordem de coisas não é inofensivo. Ele traz consequências desastrosas e causa muita dor a todos, além de funcionar como cúmplice e mantenedor daquilo que não se quer posto.

Em um artigo publicado em 2008, intitulado *Solidão na profissão e no trabalho docente: desafios e possibilidades*, iniciei uma discussão que tem por objetivo pensar o isolamento, a tristeza, as condições precárias de trabalho dos professores, o enfraquecimento de vínculos com os seus pares, a fragilidade física e psicológica, os altos índices de adoecimento identificados nestes profissionais, a pressão intensa a que são submetidos dentro e fora da escola, os enfrentamentos a que são expostos, a burocratização cada vez maior de suas atividades, o desrespeito da sociedade civil para com a profissão e para com as pessoas de modo geral. Estas características deixam a mostra o modo como a sociedade moderna ocidental vem tratando o ser humano.

Quando isto é colocado de forma genérica é mais palatável em diversos contextos, mas quando os seres humanos são identificados como professores a coisa tende a mudar de figura. Estes sofrem ataques da mídia, de figuras políticas em época de eleição e fora dela, de comunidades, de sociedades e são responsabilizados pela omissão do Estado, pela falta de políticas públicas e demais instituições que poderiam funcionar como apoio e suporte na busca de maior qualificação docente e maior qualidade de ensino.

Os inúmeros trabalhos realizados nas universidades que criticam e desqualificam o trabalho do professor do ensino fundamental e médio nos escancara a divisão que é feita entre nós e eles. Os níveis de alienação são tão altos que está cada vez mais difícil dar-se conta de que as críticas que se repetem e patinam nos mesmos argumentos, para muitos, tendem a se tornar verdades inquestionáveis.

A profissão docente, o trabalho do professor, tem sofrido as mesmas mudanças e precarizações das demais profissões — não se pode esquecer. Com isto, não queremos dizer que não há o que ser feito! Ao contrário. Há muito a se fazer. Primeiro, podemos nos unir para uma luta coletiva de reivindicação de melhores condições para o ensino público e nos habituarmos a questionar a nós mesmos e ao mundo com os mesmos critérios e rigor. Creio que deva ser um excelente começo. Analisar o

discurso alheio pode ser muito enriquecedor, mas analisar o próprio discurso e compará-lo com suas ações pode ser ainda mais profícuo.

Adélia Prado nos fala do cuidado da mãe para com o pai...a palavra amor, *uma palavra de luxo*, não era falada, mas o amor, o respeito, o afeto e o cuidado eram praticados no cotidiano da casa. O amor ao Outro tem caído em desuso e ficado fora de moda nos discursos do mundo contemporâneo ou da modernidade como querem alguns. São muitos os que se envergonham ou chamam de piegas falar disso. Ora, e por quê? Por que perderam a capacidade de amar? Por que já estão embrutecidos demais para ver a beleza deste sentimento tão evidente e tão sutil? Por que não sabem compartilhar? Por que se pensam livres e sem compromissos? Por que se sentem competentes o bastante para classificar e julgar? Ou por que escondem suas mazelas com a estratégia do ataque?

A liberdade se realiza quando posso escolher com ética quais compromissos quero ter. A educação, a formação docente, deve ir ao encontro do movimento de desalienação, desnaturalização, desopressão, reumanização, enfim, do empoderamento, para que se possa construir uma sociedade solidária, fraterna... para que, ao fim e ao cabo, realizemos uma vida que valha a pena ser vivida.

Concordamos com Maturana (2002) quando ele afirma que o sentimento que funda a sociedade é o amor. E quem ama não compete, faz junto. Compartilha ideias, troca e mistura as contribuições vindas de todo lado com muito prazer, sempre nutrindo a expectativa e a esperança de que o resultado não seja o meu ponto de vista, o seu ou o dele, mas um olhar que transcenda a todos nós. —Não há sol a sóll, como diz a canção que escolhemos para fechar este texto. Uma canção, que ao nosso ver, tem a cara do nosso Brasil:

Inclassificáveis

que preto, que branco, que
índio o quê? que branco,
que índio, que preto o quê?
que índio, que preto, que
branco o quê?

que preto branco índio o
quê? branco índio preto o
quê? índio preto branco o
quê?

aqui somos mestiços
mulatos cafuzos pardos
mamelucos sararás
crilouros guaranisseis e
judárabes

orientupis orientupis
ameriquítalos luso nipo
caboclos orientupis
orientupis iberibárbaros indo
ciganagôs

somos o que somos
inclassificáveis

não tem um, tem dois, não
tem dois, tem três, não tem
lei, tem leis, não tem vez,
tem vezes,
não tem deus, tem deuses,
não há sol a sós
aqui somos mestiços
mulatos
cafuzos pardos tapuias
tupinamboclos
americanataís yorubárbaros.

somos o que somos
inclassificáveis

[...]
não tem um, tem dois, não
tem dois, tem três, não tem
lei, tem leis, não tem vez,
tem vezes,
não tem deus, tem deuses,
não tem cor, tem cores,

não há sol a sós

egipciganos tupinamboclos
yorubárbaros carataís
caribocarijós orientapuias
mamemulatos tropicaburés
chibarrosados
mesticigenados oxigenados
debaixo do sol

— *Arnaldo Antunes*

E assim seguimos, caminhando e cantando...

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte: Letramento, 2018.

CAPRA, Fritjof. *A Teia da Vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. São Paulo: Cultrix Editora, 1997.

CUNHA, Luiz Antônio. Educação e Desenvolvimento Social no Brasil. 8. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1985.

DUARTE, Newton. Vigotski e o Aprender a Aprender: críticas às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. 2ª edição. Campinas: Editora Autores Associados, 2001.

FRANÇA, Cecília de Campos et. al. Políticas de Identidade e suas diferentes linguagens. In: IV COLE – Colóquio de Letras e I Colóquio Internacional de Letras. Ensino /aprendizagem de língua(s) e Literatura(s): docência e qualificação profissional.

_____. Linguagem e Intersubjetividade. In: III COLE - Colóquio de Letras, 2009, Tangará da Serra - MT. III COLE - Colóquio de Letras, 2009, pp- 1-14. ISSN 2176-140X.

_____. Solidão na Profissão e no Trabalho Docente: desafios e possibilidades. Revista de Educação. ANEC, v. 143, p. x-xii, 2008. ISSN 104-0537.

_____. Projeto de Educação Inclusiva. Revista de Educação: AEC, Brasília - DF, 2006, pp-78-83. ISSN 104-0537.

_____. Políticas de Identidade e Estratégias Identitárias: reflexões sobre a dinâmica de relações exclusão/inclusão no contexto escolar. São Paulo: PUC/SP, 2005.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 17ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

- _____. *Pedagogia da Autonomia*. 37ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC S/A, 1989.
- HARVEY, David. *O Neoliberalismo História e Implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- KRENAK, Ailton. *A Vida é Selvagem*. Cadernos Selvagem, s/d. Disponível em <http://selvagemciclo.com.br/wp-content/uploads/2020/12/CADERNO12-AILTON.pdf>
- LÉVINAS, Emmanuel. *Entre Nós: Ensaio sobre Alteridade*. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro 1: O processo de produção capitalista. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971
- MATURANA, Humberto. *Emoções e Linguagem na Educação e na Política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- McLAREN, Peter. *A Pedagogia da Utopia: Conferências na UNISC*. Prefácio de Nize Pelanda. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.
- MÉSZÁROS, Istvan. *A Educação Para Além do Capital*. 2ª edição. São Paulo: Boitempo, 2008.
- MOTOMURA, Oscar. Prefácio à Edição Brasileira. In: CAPRA, Fritjof. *A Teia da Vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. São Paulo: Cultrix Editora, 1997.
- PELANDA, Nize. Prefácio. McLAREN, Peter. *A Pedagogia da Utopia: Conferências na UNISC*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; CHAUI, Marilena. *Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento*. São Paulo: Cortez, 2014.
- SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 9.ed. Campinas: Autores Associados, 2005.
- SILVA, Tomaz Tadeu. *A Produção Social da Identidade e da Diferença*. In: SILVA, Tomaz Tadeu; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. *Identidade e Diferença: A perspectiva dos estudos culturais*. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 2000, pp.73-102.
- SOUZA, Jessé. *A Ralé Brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

WACQUANT, Löic. As Prisões da Miséria. Paris: Raisons d'Agir. 1999.

**CAPÍTULO VIII - O PROFESSOR E SEUS DESAFIOS (RAFAELA
LUCÍLIA SILVA BANDEIRA)**

O PROFESSOR E SEUS DESAFIOS

Rafaela Lucília Silva Bandeira

Trabalho apresentado à Universidade Norte do Paraná - UNOPAR, como requisito parcial para a obtenção de média bimestral na disciplina de Psicologia da Educação; Teoria Geral do Conhecimento; Sociologia da Educação.

Orientador: Prof. Bernadete Strang; Carlos Eduardo Gonsalves; Marcia Bastos; e Okçanna Battini

Introdução

Vivemos em tempos de grandes mudanças, em um mundo globalizado com grandes transformações na vida de todos. E como educadores devemos estar aptos para desenvolver uma educação de qualidade e auxiliar nossos educandos a conquistar seu espaço. Fazendo dela uma ferramenta que nos auxilie ao mesmo tempo em que vamos deixando no passado o giz e o quadro negro.

Como educadores temos que criar e recriar maneiras para conduzir os nossos alunos ao conhecimento com clareza nos diversos contextos e conteúdos, ser o mediador. Levar em consideração o estado físico e emocional dos educandos desenvolvendo o afeto e confiança com os mesmos, não preocupar-se somente com a leitura e a escrita, mas com uma educação de qualidade que possibilite ao educando a certeza de que saberá se impor neste mundo globalizado em constante transformação, com formação necessária desenvolvendo toda sua capacidade intelectual, com rapidez de raciocínio e visão crítica.

Conforme Luckesi: "...o educando é um sujeito que necessita da mediação do educador para reformular sua cultura, para tomar em suas próprias mãos a cultura espontânea que possui, para reorganizá-la com apropriação da cultura elaborada."

Desenvolvimento

Para que possamos ter uma escola que realmente busca o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e democrática, e seja um agente de transformação com o reconhecimento e compreensão do papel da escola e do profissional da educação se faz necessário que busque permanentemente a qualidade de ensino e aprendizagem, que procura conhecer a realidade do aluno no meio em que vive, e busca compreender as mudanças e resolver conflitos de relações e os problemas causadas em ações alternativas, fazendo uma educação consciente com compreensão crítica, objetivando o desenvolvimento intelectual, autônomo e o pensamento crítico, participativo e comprometido do aluno como cidadão, capaz de fazer mudanças na comunidade em que vive e na sociedade em geral.

É sabido que ser professor hoje em dia não é fácil é um constante desafio e cabe salientar que financeiramente fica muito aquém do que deveria ser, muitos assume este ofício por vocação, mas não é fácil atingir os objetivos porque o compromisso de um educador não cessa num simples ato de transmitir conteúdos, ele tem o seu compromisso como cidadão.

São inúmeras as dificuldades encontradas pelos professores, entre tantas as relacionadas: á estruturas físicas; mas as maiores dificuldades são principalmente, relativas as relações, onde os valores vão sendo esquecidos e os vínculos entre as pessoas estão em degradação.

Philippe Meirieu aponta como uma das causas da crise da educação a “crise de cultura” que: “... se vive nas gerações mais jovens. Hoje em dia, os jovens têm cada vez mais informação para digerir e o problema é que não têm tempo de refletir sobre os conteúdos que lhes são disponibilizados”.

Para que se possa valorizar realmente o professor e de maneira “definitiva” se faz necessário que o Estado reveja o salário da categoria, lhe dando suporte financeiro para que ele possa desenvolver seu ofício com qualidade e respeito. Como também uma estrutura que lhe ofereça maior condições de trabalho.

Como temos observado ensinar é especificidade humana e nos faz perceber que, deve ser um ato de paixão, amor, dedicação, competência e compromisso para que a escola possa realmente contribuir de maneira significativa para uma transformação de uma sociedade que seja justa. Deve levar em consideração a individualidade de cada sujeito integrante desta sociedade, o meio em que vive, seus valores, suas expectativas.

A escola é instituição social transformadora de caráter e contribui na formação da identidade dos indivíduos e, independente do público de alunos que frequentam este espaço, deve se ter o objetivo básico com ações voltadas para a construção e socialização de conhecimento mostrando aos indivíduos novas possibilidades de si, e do mundo. De acordo com Olivier Rebol: "... a escola é um estabelecimento destinado a propiciar um ensino coletivo é, portanto, o ambiente de aprendizagem, de saberes coletivos e sociais".

Trabalhar a interdisciplinaridade envolve concepções bastantes claras de construção participativa rumo autonomia e a cidadania de todos que compõe a comunidade escolar. Princípios fundamentais da cidadania escolar, está baseado em valores que determinam práticas sociais articuladas em contextualizações que trazem para a vivência efetiva e relevante da sala-de-aula educadora, uma ação interlocutora docente discente dialógica, conscientizadora, planejada sobre processos humanizadores. Os saberes significam bases de sustentação de todas as problematizações, são necessários para todas as linguagens comunicativas, se conectam e se complementam.

Dentro da interdisciplinaridade a escola juntamente com os seus professores e alunos podem estar trabalhando conteúdos extracurriculares que transmitam valores essenciais para um desenvolvimento consciente e crítico como: educação para o trânsito, meio ambiente, sexualidade, higiene e saúde, entre outros que poderão ser abordados dentro da realidade de cada comunidade.

Conclusão

Por tanto para que possamos ter uma sociedade crítica e consciente dos seus deveres e obrigações, precisamos do professor, pesquisador, dedicado e afetivo.

E para que o mesmo seja realmente valorizado e possa contribuir com essa nova sociedade e cumprir com todas as exigências que lhe são solicitadas é preciso que tenha uma remuneração equivalente ao seu grau de formação, oferecendo-lhe cursos de uma formação continuada, proporcionando a ele condições de trabalho.

Mais que o reconhecimento da sociedade e valorização do Estado, o professor deve de ter consciência de seu valor e de suas concepções.

Referenciais

Livro: Psicologia da educação.

Philippe Meirieu, Luckesi, Reboul. E materiais disponibilizado da disciplina.



ISBN 978-65-87333-13-7